



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE



Parlamento

Escolha do presidente da AN **agudiza disputa** entre veiguistas e ex-PCD's

- Ângela Gomes: “O machismo e o sexismo não são barreiras para o meu triunfo na política”
- Governo serve de refúgio a dois “desalojados”



Ângela Gomes

Págs. 2 e 4, 6, 10 e 11

Forças Armadas

Autores de praxes “sexuais” vão responder à Justiça Militar

Pág. 19

Campeonato Africano de Judo

Cabo Verde com olhos no pódio

Pág. 20

Amadeu sempre Amadeu



Pág. 27

Voos interilhas

- Donos da Bestfly referenciados em processos de lavagem de capitais
- Bestfly versus Binter: Ou tudo, ou nada

Págs. 14 e 15, 16 e 17



TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —



Escolha do presidente da AN agudiza disputa entre veiguistas e ex-militantes do PCD

Neste processo que culminou com a escolha de Austelino Correia para o cargo de presidente da Assembleia Nacional, quando Jorge Santos já tinha sido indicado pela Direcção Nacional do MpD para a sua reeleição, vem pôr a nu, uma vez mais, a disputa latente entre os veiguistas e os antigos dissidentes que militavam no PCD, partido de Eurico Monteiro e Jorge Carlos Fonseca.

Segundo uma fonte bem posicionada, tanto Ulisses, como Fernando Elísio Freire, têm tido uma posição “dúbia” em relação aos “regressados” do PCD, que, na “surdiña” tentam tomar conta do partido. É supostamente o caso de Jorge Santos, de quem Elísio Freire é cunhado.

Perda de influência dos antigos dissidentes

Com a derrota de Óscar Santos, na Praia, nas últimas eleições autárquicas e com a saída de cena de Jorge Carlos Fonseca, em Outubro próximo, o PCD, que “quer estar no centro do poder”, contava manter Jorge Santos como presidente da AN, e, assim poder ter pelo menos um “peão” na esfera de influência política.

Tudo indicava que o deputado cabeça de lista por Santo Antão renovaria o seu mandato como PAN, tendo em conta a sua indicação pelo Direcção Nacional do MpD e do facto desse partido contar com uma maioria absoluta no Parlamento.

Sabendo disso, Austelino Correia nem sequer compareceu à reunião, preferindo jogar o que tinha para jogar fora desse fórum.

Como tínhamos avançado na edição anterior, o PAICV não apoiaria uma candidatura de Jorge Santos, como se veio a confirmar na primeira reunião da X Legislatura do Grupo Parlamentar desse partido, que assumiu claramente o apoio a Austelino Correia, que foi vice-presidente na anterior legislatura.

Sem o apoio do PAICV e na iminência de ser chumbado com os vo-

A indicação de Austelino Correia para o cargo de presidente da Assembleia Nacional (PAN) não foi nada pacífica e pode abrir mais uma ferida no seio do MpD. A rebeldia do novo PAN, apoiado pelo grupo parlamentar do PAICV, deixa exposta uma vez mais a liderança amorfa de Ulisses Correia e Silva.

Daniel Almeida



Austelino Correia

tos contra dos deputados do MpD afectos a Austelino Correia, Jorge Santos não teve outra alternativa e acabou por desistir da corrida ao segundo mandato como PAN.

Austelino Correia e a ala veiguista

Por outro lado, Austelino Correia, empurrado pela ala veiguista, sempre se manteve firme, desde o momento que aventou a possibilidade de Janine Lélis ser a candidata oficial do MpD para o PAN.

Com a desistência de Janine e com a repescagem de Jorge Santos, o cabeça de lista do MpD por Santiago Norte arregimentou as suas tropas, principalmente os deputados eleitos por Santiago Norte e parte do Sul, e fez frente à superestrutura do partido, fazendo vincar a sua ambição de ser a segunda figura na hierarquia do Estado.

No contar das espingardas, o grupo contava com pelo menos oito deputados decididos a votar contra o candidato indicado pela Direcção Nacional, Jorge Santos, caso o seu nome fosse levado à plenária.

Clivagens

Mesmo com a retirada de Jorge Santos, Austelino Correia foi submetido a voto no seio da bancada do MpD. Dos 38 deputados, 23 votaram a favor do cabeça de lista por Santiago Norte, 11 votaram contra e quatro em branco. Os resultados mostram a clivagem existente neste momento na bancada do MpD e talvez em todo o sistema ventoinha.

Mas um dos principais derrotados nesse processo é o próprio líder do MpD, Ulisses Correia e Silva, que não soube ler os sinais que davam conta que Jorge Santos já não gozava nem de empatia nem apoio dos seus pares do Grupo Parlamentar, devido ao seu desempenho “sofrível” como presidente da casa parlamentar, marcado por gafes e atropelos ao regimento e à Constituição.

O último desses atropelos foi a sua tentativa de cassar o mandato

de António Monteiro, da UCID, em plena sessão plenária, depois das eleições autárquicas de Outubro do ano passado.

Amparo para Jorge Santos

Contudo, Ulisses Correia e Silva, que, às pressas, teve que arranjar um lugar para Jorge Santos no Governo, justificou a retirada da candidatura desse deputado à presidência da AN, com facto de o PAI-CV lhe ter rejeitado apoio. Antes, a ter que sair da Mesa da AN, Jorge Santos dera sinais que preferia ser ministro dos Negócios Estrangeiros ou das Infra-estruturas, já que engenheiro civil.

Orlando Dias, nome proposto pelo MpD como primeiro vice-presidente da Mesa, foi chumbado na plenária da sessão constitutiva com apenas 36 votos favoráveis, menos um da maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções. Perante esse chumbo, foi chamado o deputado Armindo Luz que foi eleito primeiro vice-presidente com 40 votos a favor.

Nova Mesa da AN

Com a resolução desse problema no seio do MpD, a Mesa da AN ficou composta por Austelino Correia (presidente), que foi eleito com 64 votos favoráveis, mais um que o seu antecessor Jorge Santos, que obteve 63 votos a favor na anterior Legislatura, Armindo Luz (primeiro vice-presidente), Eva Ortet (segundo vice-presidente), Georgina Gemiê (primeira secretária), Julião Varela (segundo secretário) e Anilda Tavares (terceira secretária).



Nova Mesa da Assembleia Nacional (da esquerda para a direita): Anilda Tavares, Georgina Gemiê, Armindo Luz, Austelino Correia, Eva Ortet e Julião Varela



Ulisses Correia e Silva: um dos principais derrotados



Plenária chumbou Orlando Dias



Jorge Santos vai para as Comunidades

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | Nº 716 | 20 de Maio de 2021 | Registo DGCS: N.º3/2007 | Registo ARC: N.º3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | Director de Produção: José Augusto Sanches | Editor-Executivo: José Vicente Lopes | Editores: Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | Jornalistas: Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | Jornalistas Estagiários: Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | Designers: Edson Spencer e Carmem Freire | Técnicos Multimédia: Hélio Barros | Comercial & Marketing: Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | Telefones: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | E-mail: jornalanacao.cv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | Impressão: EGF - Empresa Gráfica Funchalense | Tiragem: 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Novo Governo

De “enxuto” a obeso

Em 2016, Ulisses Correia e Silva apresentou um Governo “enxuto” com 12 membros, com a justificativa de que essa opção permitiria uma maior coordenação no seu executivo.

Governo mais numeroso de sempre

Agora, no arranque da X Legislatura brinda o país com o elenco governamental mais numeroso da história: primeiro-ministro, 18 ministros e nove secretários de Estado, um total de 28 integrantes – o anterior recorde (26) pertencia ao último executivo de Pedro Pires em 1990.

No arranque da IX legislatura, o Governo não tinha nenhum secretário de Estado. Mas, na primeira remodelação, em Janeiro de 2018, o executivo de Ulisses Correia e Silva passou a contar com 20 membros: mais dois ministros e seis secretários de Estado.

Conforme contas feitas pelo próprio Governo por altura da primeira remodelação, em 2018, este novo elenco governamental, que tem mais oito membros em relação ao anterior, significará uma despesa suplementar de 32 mil contos.

O novo executivo, composto



O “enxuto” Executivo de Ulisses Correia e Silva de 12 membros

por 28 membros, será mais dispendioso, mas UCS considera que será “mais eficaz”, tendo em conta os “grandes desafios” da governação.

Gilberto Barros: única saída

Mas em relação ao elenco governamental da última legislatura regista-se apenas uma saída, neste caso o secretário de Estado das Finanças, Gilberto Barros.

As outras 19 figuras mantêm-

-se nessa nova estrutura governativa com uma ou outra permuta de pastas.

Entram três novos ministros e nove secretários de Estado.

Nove mulheres

Em relação a mulheres houve um aumento de quatro para nove.

Em declarações à imprensa depois da entrega da composição do seu executivo ao Presidente da República, Ulisses Correia e Silva,

que se assumiu como “conservador”, admitiu que “não foi tarefa fácil” formar o novo Governo.

Disse ainda que decidiu manter a maioria dos ministros pela “curva de experiência” dado que, conforme explicou, “pessoas desempenhando o mesmo cargo ganham mais experiência”.

Em relação à inclusão de Jorge Santos, antigo presidente da Assembleia Nacional, como ministro da Comunidades, esclareceu que o Governo teve o cuidado de nomear


uma pessoa que conhece a comunidade cabo-verdiana e que está disponível para fazer “um bom trabalho”.

Relativamente à entrada de Joana Rosa e à retirada de Janine Lélis da pasta da Justiça, UCS explicou que a nova ministra é jurista, tem experiência política e que está “talhada para este cargo”.

“São sempre opções, Janine Lélis desempenhou o cargo de ministra da Justiça, executou o essencial do programa do Governo, estava motivada para outras funções e vai desempenhar bem o cargo de ministra da Defesa e ministra da Coesão Territorial”, notou o primeiro-ministro.

Principais desafios

Os principais desafios do novo Governo são combater a covid-19, relançar o turismo, aliviar a dívida externa e incrementar a economia azul.

Portanto, com este recorde cai por terra o discurso de Ulisses Correia e Silva do “governo enxuto”, por ele utilizado na conquista do poder em 2016. O que antes era um pecado torna-se, agora, uma virtude em nome da “eficácia” governativa. 

Composição do novo elenco governamental para a X Legislatura

- Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva;
- Vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Fomento Empresarial e Economia Digital, Olavo Correia;
- Ministro de Estado, da Família e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire;
- Ministra de Estado, da Defesa e ministra da Coesão Territorial, Janine Lélis;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, Rui Figueiredo Soares;
- Ministro das Comunidades, Jorge Santos;
- Ministro da Administração Interna, Paulo Rocha;
- Ministra da Justiça, Joana Rosa;
- Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Édna Oliveira;
- Ministra da Presidência do Conselho dos Ministros e Assuntos Parlamentares, Filomena Gonçalves;

- Ministro da Educação, Amadeu Cruz;
- Ministro da Saúde, Arlindo do Rosário;
- Ministro da Cultura e das Indústrias Criativa, Abraão Vicente;
- Ministro do Turismo e dos Transportes, Carlos Santos;
- Ministro do Mar, Paulo Veiga;
- Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva;
- Ministro do Comércio, Indústria e Energia, Alexandre Monteiro;
- Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Eunice Silva;
- Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Juventude e Desporto, Carlos Monteiro;
- Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Lourenço Lopes;

- Secretário de Estado da Economia Digital, Pedro Lopes;
- Secretário de Estado das Finanças, Alcindo da Cruz Mota;
- Secretária de Estado do Fomento Empresarial, Adalgisa Barbosa Vaz;
- Secretária de Estado da Inclusão Social, Lídia Lima de Mello;
- Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Miryan Vieira;
- Secretária de Estado do Ensino Superior, Eurídice Monteiro;
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Evandro Monteiro;
- Secretário de Estado da Economia Agrária, Miguel Barreto da Moura

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Governo serve de amparo a dois “desalojados”



Jorge Santos



Lídia Lima

Ainda semana passada, os órgãos nacionais do MpD haviam aprovado o nome de Jorge Santos para presidente da AN, mas falhou o entendimento entre esse partido e o PAICV para o político de Santo Antão manter o cargo. Diante do falhanço - de resto, anunciado já que os partidos de oposição entendem que Santos demonstrou-se “muito parcial” na condução os trabalhos na casa parlamentar no último mandato e não merecia a confiança - as peças do tabuleiro tiveram de ser remontadas.

Desalojado da mesa da AN, Jorge Santos teve de aceitar o Ministério das Comunidades, criado como solução de recurso para amenizar o problema político que se desenha para o presidente do MpD e primeiro-ministro. Notou-se, de resto, nesta terça-feira, aquando da apresentação do novo elenco governamental, o esforço de Ulisses Correia e Silva para relativizar não só a questão Santos mas também a derrota que ele e a cúpula do partido sofreram ao insistirem no nome do político de San-

Rejeitados pelos partidos da oposição, o anterior presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, e a candidata derrotada à presidente da Assembleia Municipal de São Vicente, Lídia Lima, encontram amparo no Governo. O caso de Santos soa não só a uma “despromoção” de quem almejava manter-se como segunda figura do Estado, mas também uma derrota política imposta à cúpula do MpD que apoiou a sua tentativa de recondução ao cargo.

João Almeida Medina

to Antão, quando o PAICV havia dado sinais claros de que apoiaria tal solução.

Chamado a falar do caso, UCS criou uma narrativa para destacar a importância de um Ministério, que nem sequer existia da orgânica do anterior executivo. “Aprovámos no grupo parlamentar o nome de Austelino Correia como candidato do MpD para a presidência da Assembleia Nacional. Obviamente que o engenheiro Jorge Santos deixará de exercer o cargo, vai para uma pasta importante, das Comunidades, que nós criamos e tivemos o cuidado de colocar sob a responsabilidade de alguém que tem experiência política, que conhece bem as nossas comunidades e que está dispo-

nível para fazer um bom trabalho”, disse.

Mas, por mais esforço e destaque que se queira dar o Ministério das Comunidades, nada impede a leitura de que Jorge Santos foi despromovido, passando da segunda figura do Estado para um cargo sem relevância na hierarquia de um Governo. Não é vice-primeiro nem sequer é ministro de Estado. É mais um ministro. Soa a pouco, a muito pouco, para quem, além de presidente da AN, foi presidente do MpD e fazia gala do seu palmarés como o homem que dá cartas em Santo Antão.

Recompensa

Quanto à nova secretária de Estado de Inclusão Social, che-

ga ao Governo depois de ver gorada a expectativa de se eleger presidente da mesa de Assembleia Municipal de São Vicente (AMSV). Lídia Lima chegou a apresentar a sua candidatura, a ocupar a mesa da AMSV, mas foi derrotada pelos votos dos eleitos do PAICV e da UCID. Saiu da votação resabiada, fez questão de o demonstrar, chegando a acusar a UCID, a segunda força mais votada, e o PAICV, a terceira, de não respeitarem a vitória do MpD nas urnas.

Meses depois, Lídia Lima seria indicada para o segundo nome da lista do MpD às legislativas, por São Vicente. Entretanto, colocou-se fora da lista após aperceber-se de que quem

iria ocupar a segunda vaga seria a deputada Mircea Delgado.

Longe da mesa da AM e da lista às legislativas, Lima afastou-se do palco do político em São Vicente, onde nos últimos anos desempenhou o cargo de vereadora para as áreas sociais. Recebe agora a pasta de Inclusão Social, que muito tem a ver com o trabalho que desenvolveu na Câmara de São Vicente. Talvez ganhe no Governo outra visibilidade política para almejar outros voos.

Portanto, se para Jorge Santos o “realojamento” aparenta uma despromoção se se levar em conta o seu historial político e o seu desempenho eleitoral em Santo Antão, onde, como cabeça de lista, impôs uma derrota contundente ao PAICV, para Lídia Lima soa a uma recompensa. Aliás, assim que ela ficou fora da lista para as legislativas pessoas próximas do MpD haviam barafustadas contra o facto de o partido não estar a aproveitar o potencial da política mindelense. Ora, ali está uma resposta.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

[f](https://www.facebook.com/anacaocaboverde) [t](https://twitter.com/anacaocaboverde) [i](https://www.instagram.com/anacaocaboverde)
anacaocaboverde

Assembleia Nacional

Regressos, caras novas e saídas de cena



Aspecto da Sessão Constitutiva da X Legislatura Assembleia Nacional, a 19 de Maio de 2021

A abertura da sessão constitutiva da nova legislatura foi orientada pelo presidente cessante da Assembleia Nacional, Jorge Santos, reeleito deputado nas eleições de 18 de Abril, por Santo Antão, e que agora assume o Ministério das Comunidades no elenco de Ulisses Correia e Silva. O acto serviu também para eleger a nova Mesa da AN, presidida por Austelino Correia (ver páginas 2 e 3).

Esta legislatura, a décima, promoveu algumas reentradas na AN. Do lado do PAICV, o destaque vai para o regresso António Fernandes, eleito por Santiago Norte.

Um outro regresso notório é o de Amadeu Oliveira, agora com as co-

res da UCID, depois de no passado ter integrado a bancada do PAICV, protagonizando alguns momentos mais acalorados dos anais do Parlamento. Aliás, foi nesse período que conseguiu a fama e a fleuma de “enfant terrible”.

Outro “retornado”, neste caso pela emigração, é Alberto Alves, também do PAICV, eleito pelo círculo das Américas e Resto do Mundo.

Os 72 deputados eleitos para a X legislatura foram empossados, ontem, quarta-feira, 19, na cerimónia constitutiva da X Legislatura Assembleia Nacional (AN), na sua sede, na Achada de Santo António, na Cidade da Praia. Além de estreantes, há também regressos notórios, a começar por Amadeu Oliveira, agora com as cores da UCID.

Jason Fortes

Os eleitos da X legislatura

De acordo com os resultados definitivos das eleições legislativas de 18 de Abril passado, tornados públicos pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), o MpD ganhou com maioria absoluta, ao obter 50,04 por cento dos votos, rendendo 38 dos 72 deputados à AN.

O PAICV ficou em segundo lugar ao obter 87.151 votos, equiva-

lentes a 39,57%, e trinta deputados. A UCID conseguiu 19.796 votos, correspondentes a 8,99% dos votantes e quatro assentos, todos no Círculo Eleitoral de São Vicente.

O Partido Popular (PP) alcançou 762 votos (0,35%), o Partido Social Democrático (PSD) 273 votos (0,12%) e o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS) 2.065 votos (0,94%). Nenhuma dessas forma-

ções conseguiu entrar na Casa do Povo, como era o seu desejo.

A lista dos deputados eleitos é assim constituída:

SANTO ANTÃO: Jorge Santos, Ângela Gomes, Damião Medina, Armindo João da Luz (MpD), Rosa Rocha e Albertino Mota (PAICV).

SÃO VICENTE: Paulo Rocha, Mircea Delgado, João Gomes (MpD), António Monteiro, Zilda Oliveira, Amadeu Oliveira, Dora Oriana Pires (UCID), Josina Fortes e João do Carmo (PAICV).

SÃO NICOLAU: Nelson Brito (MpD) e Hipólito Reis (PAICV).

Sangue novo no Parlamento

SAL: Janine Lélis, Carlos Santos, Georgina Gemiê (MpD) e Démis Almeida (PAICV).

BOA VISTA: Elizabete Évora (MpD) e Walter Évora (PAICV).

MAIO: Joana Rosa (MpD) e Edson Rosa (PAICV).

SANTIAGO NORTE: Austelino Correia, Carmem Correia, Abraão Vicente, Celso Ribeiro, Anilda Tavares, Francisco Sanches, José Moreno e Isa Maria Monteiro (MpD), João Baptista Pereira, Carla Carvalho, Armindo Correia, Carlos Rodrigues, Eveline Ramos e António Fernandes (PAICV).

SANTIAGO SUL: Ulisses Correia e Silva, Filomena Gonçalves, Fernando Elísio Freire, Olavo Correia, Edna de Oliveira, Alberto Melo, Gilberto Silva, Isa da Costa, Paulo Veiga e Alcides de Pina (MpD), Janira Hopffer Almada, Rui Semedo, Julião Varela, Ana Paula Moeda, Carlos Alberto Tavares, Carla Lima, Manuel Brito, Fidel Cardoso de Pina e Adélsia Duarte (PAICV).

FOGO: Eva Ortet, Luís Pires, Carlos Fernandinho Teixeira (PAICV); Filipe dos Santos e Vanuza Barbosa (MpD).

BRAVA: Fernanda Burgo (MpD) e Clóvis Silva (PAICV).

EUROPA E RESTO DO MUNDO: Emanuel Barbosa (MpD) Francisco Pereira (PAICV).

ÁFRICA: Mário Teixeira (PAICV) e Orlando Dias (MpD).

AMÉRICA: Maria Moreira Wright (MpD) e Alberto Alves (PAICV).

Os deputados chamados para o Governo vão ser substituídos segundo o princípio da precedência. Com isso a bancada parlamentar do MpD deverá ter configuração diferente daquela que é apresentada ao longo desta lista.

Para esta X legislatura cada um dos três partidos – MpD, PAICV e UCID – injectou algum sangue novo na sua fileira de deputados, que têm agora a particularidade de se estrear na Assembleia Nacional. O MpD tem como uma das apostas a médica Ângela Gomes, eleita

pelo círculo de Santo Antão (Ver página A10).

Do lado do PAICV, e pelo círculo de Santiago Sul, Fidel Cardoso de Pina é o espelho da aposta dos tamarinas na sua juventude. Jurista de formação, docente universitário e gestor de empresas. Prestes a fazer

34 anos, Fidel surge como o mais novo deputado da nação nesta X legislatura. Nos últimos anos tem liderado a JPPI.

Uma outra estreia notória é a de Carla Carvalho, por Santiago Norte. Por duas vezes, pelo menos, concorreu à Câmara Municipal de S. Mi-

guel.

Zilda Pires de Oliveira, do círculo eleitoral de São Vicente, é a mais jovem no meio dos quatro deputados eleitos pela UCID. Aos 47 anos, é psicóloga de formação e actualmente é docente universitária e no ensino secundário.



Ângela Gomes



Fidel Cardoso de Pina



Carla Carvalho



Zilda Pires de Oliveira

Saídas de cena

Quando comparada com a anterior legislatura, esta soma várias saídas. Em Santiago Sul, do lado do MpD, saíram Miguel Monteiro, Carlos Monteiro e Luís Carlos Silva. Em São Vicente, também do MpD, o mesmo aconteceu com Celeste Fonseca e Humberto Lélis (MpD).

Mas sem dúvida que a renovação foi maior nos lados do PAICV, fruto da rivalidade que a presidente do partido, Jani-

ra Hopffer Almada, manteve com alguns históricos ou veteranos. Felisberto Vieira, Júlio Correia, José da Veiga, José Sanches estão entre os que saíram da cena parlamentar.

Em São Vicente, além de Manuel Inocêncio Sousa, há a registar a saída de Filomena Martins. Já em Santo Antão os dispensados de JHA foram Carlos Alberto Delgado, Odaílson Bandeira e Vera

Almeida. Em São Nicolau há a registar a saída de Américo Nascimento, que chegou a integrar a Mesa da AN, como secretário.

A UCID, que nestas eleições conseguiu eleger mais um deputado, viu sair de cena João dos Santos Luís, no círculo eleitoral de São Vicente. Além de Amadeu Oliveira, há a entrada de Zilda Oliveira.



Manuel Inocêncio



Celeste Fonseca



Felisberto Vieira



Miguel Monteiro



João dos Santos Luís

Ângela Gomes, deputada do MpD por Santo Antão

“O machismo e o sexismo não são barreiras para o meu triunfo na política”

Ângela Gomes, médica e actual directora da Região Sanitária de Santo Antão, estreia-se na política como deputada eleita do MpD (Movimento para a Democracia) pelo círculo de Santo Antão. Como mulher não teme o sexismo e nem o machismo na política e diz-se pronta para encarar mais um desafio em prol do desenvolvimento de Cabo Verde. A saúde pública será um dos seus focos no Parlamento.

Ricénio Lima



Desafiada a dar o contributo no desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto deputada nacional, Ângela Gomes diz ter aceite o desafio com optimismo e humildade. Assume que a política “também é um caminho” para participar no desenvolvimento do país.

“Fui desafiada a ingressar na política. A decisão não partiu directamente da minha parte, mas são desafios e como tal gosto e vi que a política também pode ser um caminho para dar a minha contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde. A política só vem realçar áreas de liderança no meu percurso”, avança Ângela Gomes ao A NAÇÃO.

A lei da paridade, segundo diz, teve “um grande impulso” na decisão de entrar no parlamento e de repor “alguma injustiça e exclusão” que as mulheres têm tido. Contudo, destaca que, as mulheres, por si só, podem estar em qualquer lugar por competência própria.

“A lei da paridade teve um grande impulso. É uma oportunidade de reposição de alguma injustiça, de falta de oportunidades que as mulheres têm tido, mas não posso deixar de realçar que a mulher é capaz de por si só, tendo a vontade e aptidão, de aceitar e se desafiar com qualquer tipo de caminho que ela decida que seja bom pra ela e que contribua para o bem comum”, reconhece.

Aliás, como diz, a lei provocou, ainda mais, a necessidade das próprias mulheres de participarem na política e de forçar, positivamente, o posicionamento de mulheres em

outras áreas.

Desafio constante

Ângela Gomes avança que, como mulher, sempre desafiou a vida e a sociedade e de se impor, de alguma forma, em áreas maioritariamente masculinas. Na política, entra também com mente aberta e apesar de rejeitar o machismo e o sexismo, não os teme.

“Na política há um receio muito grande, as mulheres se expõem e por si só já são figuras de exposição tendo em conta a sociedade patriarcal. Há um receio com o machismo e sexismo sim, não vou dizer que não, mas para mim não são barreiras para o meu desenvolvimento na política. A mulher tem de se autoliberar”, admite Gomes.

A deputada espera que o respeito seja espelhado em quem pratica a política e que seja demonstrado não só nos discursos no parlamento, mas também no dia-a-dia e nas acções.

Médica de profissão e actualmente directora da Região Sanitária de Santo Antão, Ângela Gomes elege a política de saúde pública como um dos focos. Apesar de achar que se está num “bom caminho”, a deputada eleita defende uma reestruturação da saúde pública, nomeadamente nos programas e políticas de saúde pública, bem como nas formas de intervenção. A

Ângela Gomes é uma das 27 mulheres que compõem o novo Parlamento, da X legislatura, um número superior à legislatura anterior que tinha 17 mulheres na Assembleia Nacional.

Carla Carvalho, deputada do PAICV por Santiago Norte

Lutar contra os desequilíbrios regionais e defender os mais vulneráveis



Eleita pela primeira vez deputada nacional pelo PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), região de Santiago Norte, Carla Carvalho está longe de ser uma estreante na política. Professora de profissão, há muito que se tornou um rosto conhecido em São Miguel, tendo concorrido inclusive à Câmara Municipal, sem sucesso.

Anícia Veiga

Agora, como um dos eleitos do PAICV, Carla Carvalho compromete-se a debater questões relacionadas aos “desequilíbrios regionais” e defender as camadas mais vulneráveis da população.

Como diz, defender e debater os interesses da região pelo qual foi eleita – Santiago Norte – é também “debater Cabo Verde, uma vez que um quarto da população do país vive nesta região”.

No que diz respeito aos problemas que considera estarem a assolar o Norte de Santiago, a novel deputada considera que ela é “a mais pobre e com carências de infraestruturas básicas”.

“É fundamental debater os desequilíbrios regionais, a pobreza em especial no meio rural e as políticas de inclusão”, sublinha.

No que diz respeito às camadas mais vulneráveis da população, a deputada considera

ser “urgente defender os direitos das crianças, em particular combater a violação, agressão sexual e promover a igualdade de género”.

Independentemente do género, do partido político, Carla Carvalho diz-se ciente que “o Parlamento é nacional, pelo que estaremos a debater o país no seu todo, ciente de um Estado uno e indivisível, como prevê a Constituição da República”.

Parlamento com maior taxa de deputadas de sempre

O Parlamento da X Legislatura possui o maior número de deputadas de sempre. São no total 27 mulheres contra 17 da Legislatura anterior. Um marco “incomensurável” que só podia ser alcançado em 2036, segundo Lúcia Passos, presidente da Rede de Mulheres Parlamentares, reeleita nas eleições de Abril passado para mais um mandato, depois da sua estreia em 2016.

A Lei da Paridade, aprovada na legislatura anterior, é a grande responsável pelo aumento da representação feminina na política, em jeito de reposição da justiça social e política. De 2016 para a actual Legislatura houve um crescimento de 14%, se comparado com o ranking das Legislaturas anteriores. Em África Cabo Verde era tido como um dos países mais desiguais em termos de representação parlamentar por

género.

“Desde a Independência até este momento, a taxa média de crescimento de mulheres por Legislatura estava nos 3,9%, o que significa que de 2016 para 2021 houve um crescimento de 14%, o que equivale a 3,5 Legislaturas de cinco anos cada. É um ganho incomensurável da Lei da Paridade na remoção das barreiras que impediam as mulheres de fazerem uma participação política”, admite Lúcia Passos.

A presidente da Rede de Mulheres Parlamentares reconhece que os desafios passam por proporcionar a participação de mais mulheres no parlamento e nas autarquias e na existência de orçamento que leve em conta a igualdade de género. Para a nova direcção da rede, há que se fazer a fiscalização pós-legislativas e avaliar a aplicação de leis que pro-

movem a igualdade de género, segundo Passos.

Para já, a regulamentação da Lei das Testemunhas no quadro da VBG e aprovação da Lei sobre o abuso sexual de menores são prioridades.

Além do Parlamento, neste momento é que outros órgãos do poder - caso do Governo - venham a ter uma melhor representatividade em termos de género. O último governo de José Maria Neves foi o que mais longe foi nesta matéria, tendo havido uma altura em que havia no Executivo mais mulheres do que homens. Acusado de pouco sensível nesta matéria, o novo Governo de Ulisses Correia e Silva a ser empossado nos próximos dias vai apresentar um maior equilíbrio que o anterior. Dos 28 membros, oito são mulheres.



RC



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 8, de folhas 44 a 45 V, outorgada no dia 04/05/2021, na qual, **Sónia Maria Nobre Teixeira Alves de Morais Gonçalves**, casada com Angelo Firmino de Barros Gonçalves, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em São vicente e **José Pedro Alves de Morais**, casado com **Carla Odette Caetano Monteiro de Morais**, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Cabo Verde, de nacionalidade portuguesa, residente em Portugal, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio rústico de regadio com plantação de café, situado em Igrejinha -Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número 1327/0, com uma área de sete mil e quinhentos e cinquenta e dois metros quadrados (7552m2), confrontando do Norte com Maria Piedade Rocheteau, Sul e Este com Joaquim Esmeraldo Nobre e Oeste com Manuel Jansénio Tolentino, com o valor matricial de oitocentos e quarenta mil escudos, omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

Que 2/6 do referido imóvel já foram objeto de justificação notarial conforme escritura lavrada em 16/03/2011 na Conservatória/Cartório da Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas nº 44, de folha 49 verso a 50 verso, pelo que esta justificação recai apenas sobre os 4/6 restantes.

Que os 4/6 do dito prédio lhes vieram à posse, por herança deixada pelo falecido pai João Baptista de Morais em 1995.

Que o irmão Jorge Alberto Alves de Morais faleceu em 2018, tendo herdado dele a parte que lhe cabia no imóvel referido.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permitisse fazer o respetivo registo na Conservatória competente, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, em nomes próprios, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja há mais de vinte anos.

Que essa posse não titulada, foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o direito de propriedade por usucapião o que invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

A Conservadora - Notária,

Alicia Patricia da Cruz da Luz

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 11/05/2021.

Conta nº 237/2021.



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



PRIMEIRO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte um, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário Dr. José Manuel Santos Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/70, a folhas 76v á 76v, a habilitação de herdeiros, por óbito de **RAÚLAUGUSTO ALMEIDA PEREIRA**, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha da Boa Vista, de dupla nacionalidade, cabo-verdiana e portuguesa, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos, com Maria Helena Sousa Carvalho Pereira, falecido no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, na freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa- Portugal, onde teve a sua última residência habitual, em Alameda das linhas de torres, Lisboa. Que o falecido, não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legítimos os seus filhos: **a) Elisângela Carvalho Almeida Pereira Leonor**, data do óbito casada com Jorge Manuel da Luz Leonor, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São

Vicente, residente nesta cidade do Mindelo; **b) Marvin Miguel Carvalho Almeida Pereira**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente nos Estados Unidos da América.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido, **Raúl Augusto Almeida Pereira**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, vinte e nove do mês de abril de dois mil e vinte e um.

O Notário,

José Manuel dos Santos Fernandes /

CONTA:
Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 276347. Conta nº 202120032



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira Publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 13.05.2021, de folhas 18 a 19 do livro de notas para escritura diversa número 258, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Matilde Tavares**, nos termos seguintes: Que no dia **doze do mês de março do ano dois mil e dezasseis**, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Matilde Tavares**, aos setenta e quatro anos de idade, no estado civil de divorciada, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Francisco Tavares e Amélia dos Santos da Rosa, e que teve a sua última residência habitual em Bairro Craveiro Lopes.

Que a falecida não fez testamento público, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos, a seguir identificados:

Renato Augusto Tavares Gomes de Pina, maior, casado com Maria Teresa Gomes Cândido, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achadinha, Praia.

Francisco Tavares de Pina, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal.

Abílio Luis Tavares de Pina, solteiro,

maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em São Filipe, Fogo.

Maria Amélia do Rosário Tavares de Pina, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América.

Orlando Augusto Tavares Mendes de Pina, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Estados Unidos da América.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 17 de março de 2021.

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia

CONTA: 59/2021
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade - NIF- 353331112

Vox Pop

Que prioridades devem ter os novos deputados?



Laura dos Santos – 24 anos – Enfermeira - São Vicente

- Devem focar na saúde para todos, porque vemos muitas pessoas a serem evacuadas e outras que não conseguem morrer à espera de tratamento.

A meu ver, deveríamos ter pelo menos um especialista em cada ilha para responder à demanda dos pacientes ou então que fossem disponibilizados os meios que permitam que os pacientes desloquem para o exterior com menos burocracia.

Devem igualmente criar mais postos de emprego, investir na formação para jovens das ilhas que não são da ilha de Santiago e aumentar o salário mínimo.

Os deputados devem respeitar os cidadãos e defender os interesses do nosso país.

Domingos Moreira – 56 anos - Técnico de Telecomunicações – Espargos, Sal



- A prioridade deve ser no sentido de contribuir (controlando e fiscalizando a governação) para minimizar as dificuldades que a pandemia da Covid-19 trouxe para muitas famílias.

Nesse sentido, há que aproveitar melhor os benefícios que a natureza nos proporciona, melhorar a qualidade do ensino nas universidades e criar condições para que os cabo-verdianos tirem melhor proveito do turismo.

É de realçar que, apesar de não estar a veridicar-se, os deputados devem defender os interesses da população e do país e não os interesses pessoais e do partido. Tenho esperanças que algum dia as coisas vão mudar e que também teremos candidatos sem partidos. Nessa altura, passaremos a votar nos candidatos com as melhores propostas e não nos presidentes dos partidos.

Sasha Montez - 28 anos - Publicitária – Praia, Santiago

- Os novos deputados devem trabalhar para que sejam tomadas, de mãos dadas com o Governo, medidas necessárias para a minimizar os efeitos da Covid-19 e a melhoria das condições de saúde e, igualmente, para evitar gastos desnecessários na Administração Pública.

Também devem levar ao Parlamento questões pertinentes e aprovar novas leis que protejam as minorias, particularmente a LGBTQI+.

Essas prioridades só trarão mudanças positivas na melhoria das condições de vida, tanto para Cabo Verde em geral, como para a comunidade LGBTQI+ em particular, através de uma diminuição drástica da Covid-19 no país e, ainda, através de acções de formação e capacitação que garantam uma maior oportunidade de emprego.



Adilson Fernandes – 29 anos – advogado – Calheta, São Miguel



- Os novos deputados devem priorizar a melhoria dos seus conhecimentos sobre o actual estado em que Cabo Verde se encontra para que possam estar por dentro dos desafios que o país precisa enfrentar e poderem contribuir para desenvolvimento do país.

Uma outra prioridade deve ser no sentido de garantir os interesses e a defesa dos cidadãos na sua relação com o Estado, representando-os com zelo, diligência e responsabilidade.

Igualmente, esses novos deputados devem trilhar um caminho de auto afirmação na direcção política do país, dando o seu contributo de forma contínua em todas as matérias, participando de forma activa nas sessões da Assembleia Nacional.



Júlio Rendal – 70 anos – Reformado - Espargos, Sal

- A primeira das prioridades dos deputados deve ser uma nova postura e uma linguagem mais consentânea com o cargo. Devem ter mais educação e elevação nos discursos, ou seja, respeito para com os colegas e o eleitorado, defendendo as suas posições com mais elevação.

Como deputados da Nação, devem defender os interesses do povo e não seguir cegamente as posições partidárias e ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva, com menos desigualdade e pobreza.

Devem utilizar a nossa língua nacional e pugnar para a sua oficialização o mais breve possível. Devem ainda defender a regionalização e a reforma do Estado, visando a racionalização dos meios.

Donos da BestFly referenciados em processos de lavagem de capitais

Riscos reputacionais para Cabo Verde

O negócio com a Bestfly pode perigar a imagem do sector financeiro cabo-verdiano em matéria de prevenção de lavagem de capitais e criminalidade conexas. Nomeadamente, corrupção, participação económica em negócio, peculato, fraude na obtenção de subsídios e subvenções, entre vários outros.

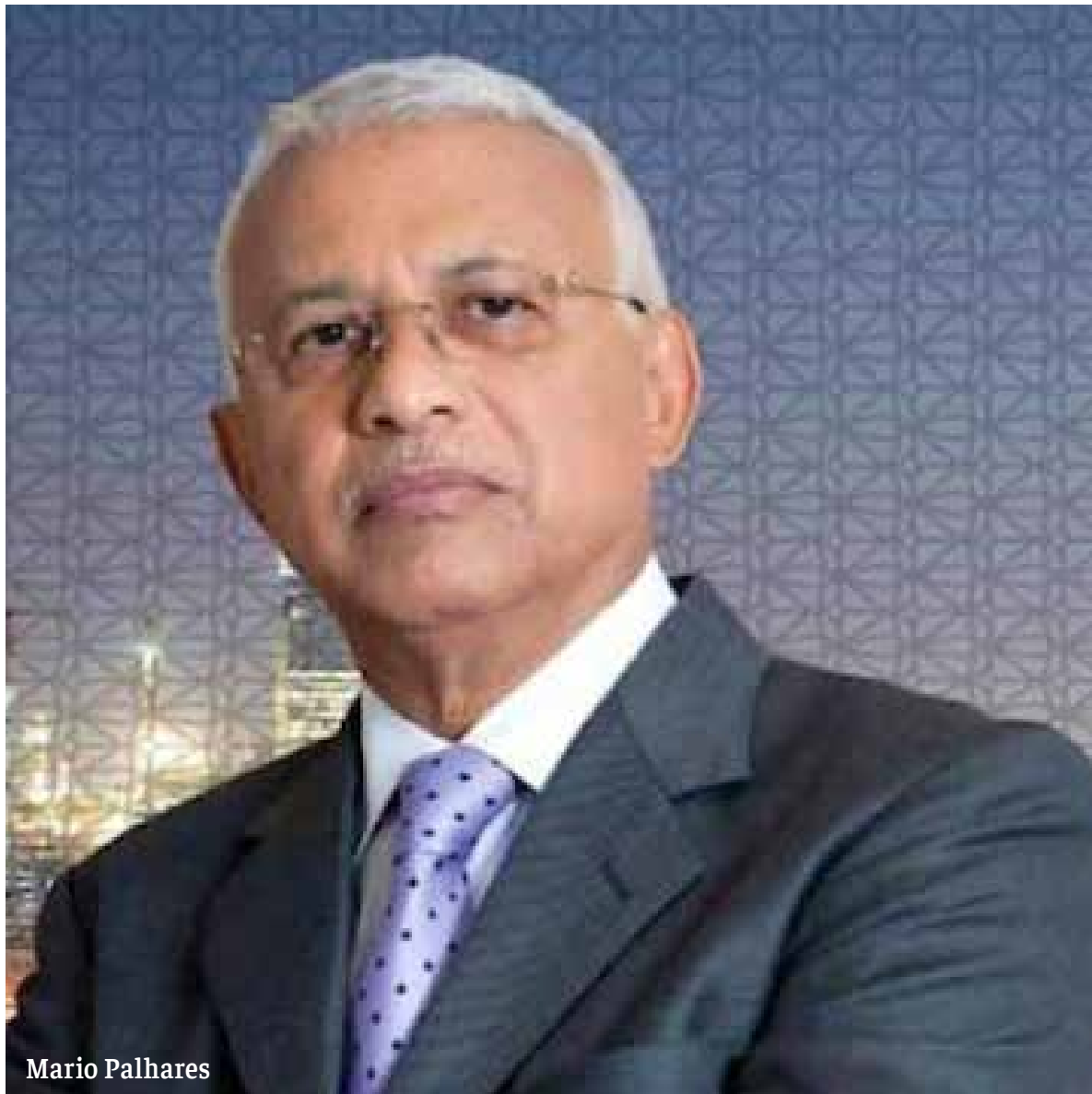
É de domínio público que o negócio entre o Governo de Cabo Verde e a Binter para a concessão das rotas domésticas de transportes aéreos sempre pecou por falta de transparência. Até hoje não se conhecem os meandros desse negócio, perante a inércia do Ministério Público e cumplicidade de várias outras entidades nacionais.

Sem contrato de serviço público, a Binter (TICV), perante uma situação financeira difícil, provocada pela pandemia da covid-19, resolveu “chantagear” o Palácio da Várzea informando que iria cessar as suas operações no dia 17 deste mês. Aliás, nem sequer era a primeira vez que recorria a esse meio para impor as suas posições a um governo aflito com a situação do sector dos transportes, tanto aéreos quanto marítimos.

Perante o cenário de paralisação da TICV, e na impossibilidade de levar os donos da companhia, a Binter de Canárias, a rever a sua posição, o Governo, em tempo recorde, foi buscar a BestFly Angola para garantir o serviço público de transporte aéreo regular interno de passageiros, carga e correio.

Como a pressa é inimiga da perfeição, neste negócio, a cidade da Praia não se acautelou dos aspectos reputacionais dos novos parceiros, como por exemplo a origem do dinheiro investido nessa companhia de capitais angolanos. Nem tão-pouco da imagem que a mesma goza nos meios de Angola.

A entrada “abrupta” da BestFly no mercado cabo-verdiano fez soar alarmes no sistema financeiro nacional. É que, fazendo o escrutínio dos accionistas dessa transportadora, depara-se que são indivíduos e partes relacionadas



Mario Palhares

O acordo de concessão estabelecido entre o Governo e a BestFly Angola para a exploração do serviço público de transporte aéreo interno de passageiros, carga e correio, por um período de seis meses, pode acarretar riscos reputacionais para o país. Os supostos accionistas dessa companhia aérea estão referenciados em processos de lavagem de capitais e de corrupção, inclusive em Cabo Verde.

Daniel Almeida

com entidades (empresas financeiras e não financeiras) referenciados em processos relacionados com lavagem de capitais e crimes conexos em Portugal, Angola e Cabo Verde, como se pode constatar em diversas fontes consultadas pelo A NAÇÃO.

No site do Banco de Cabo Verde (BCV), por exemplo, pode-se encontrar uma contraordenação,

de Dezembro de 2019, aplicada ao Banco Privado Internacional (BPI), cujo sócio maioritário é o actual presidente da BestFly, Mário Palhares. (Este milionário, casado com a cabo-verdiana Teresa Teixeira), é tida como testa de ferro de alguns generais hoje condenados à desgraça pelo presidente João Lourenço.

Nos autos de contraordenação

instaurado ao BPI, Instituição de Crédito de Autorização Restrita, S.A. (arguido), o BCV aplica uma coima única de 48 mil contos por infrações relativas aos deveres de comunicação e prestação de informações devidas ao Banco Central e aos procedimentos concernentes à prevenção e repressão do crime de lavagem de capitais, verificadas na ação inspetiva, do DSF,

ocorrida no período de junho de 2014 a junho de 2016.

Em Portugal, o canal de televisão SIC fez uma investigação com foco no BNI, BAI Europa e Banco Atlântico, que têm em comum os sócios da companhia aérea BestFly. A investigação, de Janeiro de 2020, revela que a banca angolana levanta sérias dúvidas ao Banco de Portugal desde, pelo menos, 2004.

Nos últimos cinco anos, o Banco de Portugal identificou os riscos que três bancos angolanos com filiais em Portugal corriam, em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Em três inspeções, o supervisor percebeu que o BIC, o BNI e o BPA tinham a porta aberta para lavar dinheiro proveniente de Angola. Os mecanismos de controlo eram escassos ou inexistentes.

Para os três bancos, os inspectores propuseram 38 contraordenações. Dois dos visados dizem nunca as ter recebido.

A nível internacional, o consórcio de jornalistas OCCRP concluiu numa investigação, de Abril de 2020, que um grupo de funcionários do governo angolano e executivos bancários seniores canalizou centenas de milhões de dólares para fora do país com pouca supervisão, criando a sua própria rede bancária privada através da qual enviavam o dinheiro para Portugal, para outras partes da União Europeia e Cabo Verde.

A referida investigação revela ainda que as sucursais estrangeiras - duas em Portugal e uma em Cabo Verde - não implementaram controlos padronizados de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e não realizaram quaisquer diligências devidas aos clientes identificados como suspeitos pelos reguladores internacionais. “Os bancos tinham muito poucos clientes, muitas vezes ganhando pouco dinheiro ou mesmo operando com prejuízo, sugerindo que a lucratividade não era seu objetivo principal”.

Porém, na sequência da publicação da investigação Luanda Leaks pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que expôs a corrupção massiva por Isabel dos Santos e seus associados, os reguladores estão a dar atenção renovada às elites angolanas.

Accionistas

Em Angola, o quadro de suspeita em relação aos donos do Bestfly repete-se. O Kwanza News, numa matéria de Outubro de 2018, identifica os verdadeiros accionistas da companhia. Conforme este site, o governo de João Lourenço afastou recentemente do terminal militar, uma empresa de aviação executiva que tem como accionistas o PCA do Banco Internacional de Negócios (BNI), Mário Palhares, Lourenço Duarte (através de seus filhos gémeos), testa de ferro de Silva Cardoso ministro de Estado e Chefe Casa Civil, e Augusto Tomás, ex-ministro dos Transportes.

Uma outra fonte jornalística em Angola também identifica os supostos accionistas da BestFly: o mesmo Augusto Tomás, ex-ministro dos Transportes (exonerado por João Lourenço depois de uma polémica em torno da anunciada parceria público-privada para a constituição de uma companhia aérea, Air Connection Express, que incluía a BestFly).

Tido como a cabeça de um grande polvo, que nasceu e cres-

ceu no tempo de José Eduardo dos Santos, Augusto Tomás foi condenado em Agosto de 2019 a 14 anos de prisão pelo Supremo Tribunal de Angola pelos crimes de peculato, associação criminosa, abuso de poder, violação das normas de execução do plano do orçamento, participação económica em negócio, branqueamento de capitais, recebimento indevido de vantagem e compulsão.

Mário Palhares, ex-dirigente do Banco de Angola, PCA do Banco Internacional de Negócios - BNI, accionista do BNI Europa (instituição reprovada em auditoria do Banco de Portugal e que operava apenas com uma secretária), accionista do banco cabo-verdiano BPI juntamente com Manuel Vicente e general João de Matos (que apenas tem/tinha uma caixa postal na cidade da Praia e não existem sequer relatórios financeiros anuais).

E finalmente Lourenço Duarte, angolano, ex-administrador da empresa de aviação civil "Air 26" (que teve três dos seus aviões penhorados e teve de cessar actividade em 2017).

Constata-se que as personalidades associadas à BestFly, que em tempos foram grandes investidores em Portugal, e pesos pesados no sistema financeiro angolano, estão agora sob forte escrutínio das autoridades lusas, com processos de investigação ao abrigo de pedidos de cooperação das autoridades judiciais angolanas. Da parte de Angola, com a mora-

lização encetada por João Lourenço, muitos desses milionários tiveram que devolver fortunas que tinham no exterior.

Com o aperto do cerco, esses alegados investidores procuram agora Cabo Verde para "drenar" dinheiros em Portugal via do sistema bancário cabo-verdiano através da facilidade de acesso à divisas e da relação da banca correspondente. A vinda também da Bestfly a Cabo Verde é vista também como uma forma dessa companhia ganhar algum ar, já que em Angola tem os aeroportos praticamente vedados.

Descaso perigoso

O alegado descaso do Governo cabo-verdiano em relação aos accionistas da BestFly pode ser interpretado pela indiferença em relação ao compromisso, a nível regional e internacional, na prevenção à lavagem de capitais ao não se preocupar com a idoneidade daqueles com que o Estado faz negócios.

Por outro lado, a "morte lenta" da Unidade de Informação Financeira (UIF), conforme uma fonte do A NAÇÃO, tem tido impacto directo na investigação de crimes de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo em Cabo Verde. Esse alegado descaso, repetimos, acaba por tornar Cabo Verde num "terreno fértil para investidores do tipo dos que estão associados à BestFly".

Bestfly na Lista negra

A BestFly, uma empresa recente no sector da aviação civil em Angola, já tem cadastro no seu histórico. Ela consta da lista negra de companhias aéreas da União Europeia, com a proibição de voar para o espaço europeu.

Este impedimento, de acordo com as nossas fontes, deveria ser levado em conta pela Agência de Aviação Civil de Cabo Verde, que, ao longo dos anos, tem primado pelo segui-

mento das boas práticas internacionais. A forma célere com que a Bestfly passou a operar nos céus deste arquipélago é algo que suscita alguma apreensão quanto ao funcionamento da AAC.

Acresce ainda, conforme o nosso interlocutor, que em relação à União Europeia há a parceria especial estabelece o princípio da convergência normativa com um dos seus pilares. DA



PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanacao@gmail.com
www.anacao.cv



Voos inter-ilhas

Ou tudo, ou nada

Esta semana os cabo-verdianos foram surpreendidos pelo anúncio do Governo, em comunicado, da retirada da Binter (TICV) do mercado nacional, a partir do dia 17 de Maio (devido à falta de consenso entre o Governo e os accionistas espanhóis relativamente a apoios públicos para a continuidade das operações) e pela entrada, repentina, da companhia angolana Bestfly.

A transportadora angolana, que começou a operar segunda-feira, 17, num voo entre Praia e São Vicente, tem um contrato de seis meses assinado com o Estado de Cabo Verde para operar no mercado interno.

Segundo justificativa do Governo, esse período é o horizonte temporal “para que sejam criadas as condições suficientes para a montagem de soluções estruturantes e viáveis que garantam a prestação de serviço público de transporte regular doméstico por um ou mais operadores de transporte aéreo”.

Segundo a mesma fonte, o Contrato de Concessão está previsto no quadro do Código Aeronáutico de Cabo Verde pelo se rege por regulamentos que se situam dentro das bitolas de fis-

Em poucos dias Cabo Verde passou do risco de não ter nenhuma companhia aérea a operar voos inter-ilhas, para a iminência de ter duas empresas a funcionar ao mesmo tempo, a TICV e a Bestfly. Quem pode sair a ganhar é o público que poderá ver os preços baixarem.

Gisela Coelho

calização e regulação a cargo da Agência da Aviação Civil, estando por essa razão, salvaguardada o bem maior que é a segurança”.

Lei prevê operar sem OAC cabo-verdiano

Sabe o A NAÇÃO que, ao abrigo do contrato emergencial, a regulamentação permite que a companhia opere com o seu Certificado Aéreo de Operadora (OAC) do país de origem, neste caso Angola, mesmo não estando ainda certificada com um OAC emitido pela AAC.

Diz o ponto 1, do artigo 134º, da Aeronáutica Civil, relativamente à Matrícula de Aeronaves, que “as aeronaves afectas aos serviços de transporte aéreo interno, devem ter matrícula cabo-verdiana salvo o disposto no número seguinte”, ou seja, “porém, a autoridade aeronáutica, pode au-

torizar a utilização de aeronaves com matrícula estrangeira, por razões de interesse nacional, ou se tal se mostrar necessário para garantir a exploração dos serviços de transporte aéreo.

E foi precisamente isto que o Governo terá alegado junto da AAC, através do contrato emergencial com a Bestfly Angola, devido à alegada cessação de operações da Binter a partir de 17 de Maio.

Conforme fontes do A NAÇÃO, os primeiros voos da Bestfly estão a ser acompanhados por um técnico da AAC, o comandante Spínola, que fiscaliza “todos os procedimentos a bordo para perceber se a companhia está a cumprir, ou não, os requisitos de segurança”.

Processo de certificação

Passados os seis meses de contrato emergencial, é intenção da

Bestfly operar no mercado cabo-verdiano a “título permanente”, conforme avançou à RCV Nuno Pereira, presidente da Comissão Executiva da Bestfly Angola, enquanto Bestfly Cabo Verde, uma empresa de direito cabo-verdiano, que já existe.

“Sou-lhe muito honesto”, confessou, na mesma entrevista, “nós não estávamos com projecção de vir para Cabo Verde nesta altura, relativamente há pouco tempo, começaram haver estes rumores da Binter (TICV) descontinuar as operações em Cabo Verde, nós fomos lendo nas notícias, de que haveria esse ‘gap’ e o Governo de Cabo Verde fez um apelo a entidades que estivessem interessadas em dar esse apoio, e nós, como já tínhamos interesse em entrar no mercado de Cabo Verde, fizemos a nossa demonstração de interesse, de

que se o Governo precisasse do nosso auxílio estaríamos disponíveis, fizemos isso mais do que o negócio em si”.

Para já, a Bestfly Angola está a operar com uma aeronave de bandeira e tripulantes de cabine estrangeiros e, só depois de obtenção do OAC cabo-verdiano, da Bestfly Cabo Verde, é que poderá recrutar pilotos e restantes tripulantes de cabine nacionais.

Compensação financeira

Para já também, a Bestfly Angola prevê, nesta primeira semana trinta voos, entre todas as ilhas do país, não voando às terças-feiras. As tarifas, dizem prometem baixar, de acordo com a realidade e contexto que vive o país.

“O que nos comprometemos com o Governo de Cabo Verde foi em arranjar uma solução em que o Estado de Cabo Verde não tivesse despesa e nós, enquanto empresa, não tivéssemos despesa. Atingirmos o breakeven [equilíbrio financeiro], é o nosso objetivo”, disse numa entrevista à Lusa, Nuno Pereira.

Contudo, devido ao contrato emergencial, o Governo de Cabo

Verde irá atribuir uma compensação financeira, em função da taxa de ocupação dos voos e da média das tarifas, à Bestfly Angola, segundo avançou o ministro dos Transportes e Turismo, Carlos Santos.

Conforme a Inforpress, cabe ao Governo pagar à concessionária 10 mil euros para uma taxa de ocupação entre os 70/75 %, 50 mil euros quando baixa de 70 a 65%, sendo que, quando se aproxima dos 55%, considerada uma taxa menor, será paga uma taxa à volta dos 13 mil contos mensais, mediante o preço do valor médio das tarifas.

Carlos Santos esclareceu que, “acima dos 55 por cento, até aos 85%, há uma escala de compensação financeira que é paga à concessionária que vai diminuindo à medida que houver maior ocupação”.

Já a partir dos 85 %, será a Bestfly a fazer o pagamento ao Estado, quanto às tarifas, o governante admite a possibilidade de baixarem, ao abrigo da lei que define as tarifas no país, assim como a companhia que, no quadro da política tarifária e da lei nº54/2019, está obrigada a praticar preços sociais para mais velhos e grupos desportivos.

CV Connect na parada

Entretanto, apoiar a Bestfly Angola na questão das vendas de passagens está a CV Connect, que também já chegou a entrar no negócio dos voos inter-ilhas em Cabo Verde, ainda que por escassos meses. A mesma empresa que depois chegou a firmar uma parceria com a SATA para os voos internacionais, ligando Praia, Lisboa e Boston, devido à paragem da TACV/CVA, mas que se encontra também de rodas no chão.

Mário Chaves, da CV Connect, confirmou ao A NAÇÃO que a empresa tem um contrato com a Bestfly para as vendas das passagens, funcionando como uma GSA da Bestfly. “Encarregamo-nos da distribuição/venda junto das agências de viagens. Um dos serviços que prestamos em Cabo Verde às agências é a consolidação, ou seja, permitimos que emitam uma grande variedade de

companhias IATA, e outras que representamos, como a Sata e Bestfly.”

A vantagem deste serviço, garantiu, é que as agências “com um depósito conseguem ter acesso a muitas companhias sem terem que ter grandes somas depositadas junto de diversas companhias. Já trabalhamos com as agências em Cabo Verde há mais de 3 anos, e temos uma equipa de 8 pessoas em Cabo Verde e mais 6 em Portugal”, esclareceu.

Interesse na TICV?

Entretanto, uma fonte da BestFly confirmou também à Lusa que há contactos por parte da espanhola Binter, que detém a TICV, para venda da operação em Cabo Verde. O próprio primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, disse esta semana à imprensa que está em negociações a continuidade, ou não, da espanhola Binter como accionista da TICV.

“É preciso ter em conta que a TICV é uma companhia que já está a operar e é bom que não haja descontinuidade. Outra coisa é se a Binter continuará ou não como accionista da TICV. Portan-

to, esta é a parte que está agora em negociação para fazer com que possamos cumprir o essencial”, afirmou.

Para o Governo, o “mais importante”, diz, é que possa haver continuidade e não haver situação de descontinuidade em relação aos voos. Estando assim, agora, em cima da mesa, uma eventual saída dos espanhóis da Binter do capital da TICV.

AAC em silêncio

Esta reportagem tentou ouvir a AAC, autoridade máxima da regulação da aviação civil em Cabo Verde, para questionar, entre outras questões, o processo de certificação do OAC da Bestfly, assim como o cumprimento das normas de segurança por parte da companhia mesmo operando como Bestfly Angola, tendo em conta, por exemplo, que a mesma está na lista negra das companhias que não podem voar para a Europa por questões de segurança. Apesar das inúmeras tentativas via telefone e emails enviados, solicitando o esclarecimento do caso para maior e melhor informação da opinião pública, a AAC remeteu-se ao silêncio.

Binter de pedra e cal

A NAÇÃO apurou que a Binter (TICV) e os trabalhadores da empresa foram apanhados de surpresa pelo anúncio do Comunicado do Governo, dando conta de que a própria TICV esse cessar operações e que ia entrar na jogada a Bestfly Angola.

“Sabíamos que estavam em negociações, mas não sabíamos que íamos cessar operações”, disse uma fonte dos trabalhadores ao A NAÇÃO, que garantiu ainda que na companhia tudo corre dentro da “normalidade”, “ninguém foi despedido”, “temos os salários em dia”. “Preparamo-nos, agora, para a retoma das ligações, o quanto antes “só falta o aval da AAC”.

A companhia entregou à Agência de Aviação Civil (AAC) a programação para a época de Verão, que devia vigorar precisamente a partir de 17 de Maio, altura em que o Governo disse que a companhia ia cessar operações e que a Bestfly começou a voar.

Citado pela Lusa, Luís Quinta, admitiu que durante a última semana decorreram “várias conversações” entre os accionistas da espanhola Binter, que detém a

companhia cabo-verdiana, e representantes do Governo, mas garante que “nunca foi transmitido que a empresa iria cessar as operações”.

“Já entregámos na AAC a nossa programação para a summer season de 2021, a partir deste mesmo dia [17 de Maio], e estamos agora a aguardar a autorização da AAC. Normalmente é um processo rápido”, reiterou. Esta programação de Verão prevê a realização de 32 ligações semanais.

Luís Quinta não quis comentar o comunicado do Governo dando conta da cessação das operações da Binter (TICV) e da entrada da BestFly. “Não posso dizer muito sobre isso porque esse comunicado não é nosso”, afirmou à mesma fonte.

Entretanto, depois, Carlos Santos, ministro dos Transportes e Turismo, garantiu que os accionistas da companhia garantiram ao Governo que iam cessar as operações. O certo é que nos diz que disse, Cabo Verde poderá ter nos próximos dias duas companhias a operar no mercado aéreo internas, com vantagens, certamente para os passageiros.

GC



Covid-19

Taxa de positividade regride dois pontos, apesar do aumento de testes aplicados



Entre 03 e 16 de Maio foi analisado um total de 22.427 amostras, o que dá uma média de 1601 análises por dia e um total de 3784 casos novos, com uma média de 270 diários.

A taxa de positividade no mesmo período foi de 17%, menos dois pontos percentuais em relação ao período anterior.

O número de novos casos também registou uma ligeira diminuição.

Segundo Jorge Barreto, apesar dos casos ainda serem muitos, já não há uma diferença significativa quando se faz a comparação entre dois períodos, o que indica que poderemos estar a atingir o pico da doença.

Ainda assim, alertou, é preciso continuar a fazer a vigilância e ver o que acontece nos próximos dias.

“Estas informações não indicam que não devemos baixar a guarda. Podemos arriscar dizer que as medidas têm surtido al-

Nos últimos 14 dias, a taxa de positividade em Cabo Verde baixou de 19 para 17%, apesar do aumento de testes realizados. O balanço foi feito pelo director nacional da Saúde, segundo o qual o país poderá estar próximo de atingir o pico da doença.

Natalina Andrade

gum efeito e que as pessoas tomaram mais consciência da situação, mas são ainda hipóteses. Por isso continuamos a apelar para o cumprimento das medidas, pois assim poderemos ter algum controlo”, explicou.

Vacina não impede contágio

Jorge Barreto reforçou ainda que a vacina não impede o contágio, apenas reduz a probabilidade de complicações e de morte, pelo que mesmo vacinadas, as pessoas devem continuar a cumprir as medidas de prevenção.

“Temos variantes, contra as quais poderemos não estar protegidos, e também o facto das pessoas estarem vacinadas, não quer dizer que elas não terão a doença”, salientou.

Mês de Maio já contabiliza 33 óbitos

Durante a primeira metade do mês de Maio, um total de 33 pessoas já perderam a vida por causa da covid-19, dos quais 20 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

A mortalidade por covid-19, segundo Barreto, continua a afectar predominantemente

pessoas acima dos 60 anos, com mais incidência em homens.

Até segunda-feira, 17 de Maio, 46 pessoas estavam internadas nos vários hospitais do país, nove dos quais em estado crítico.

Destas, oito estão no hospital central da Praia, 11 no Hospital Regional de Santa Rita Vieira, em Santa Catarina, 18 no Hospital Baptista de Sousa, um em Ramiro Figueira, no Sal, cinco em São Francisco de Assis, no Fogo, três no Hospital João Morais, Santo Antão e duas na Boa Vista.

A taxa de letalidade global no momento é de 0,89%.

Foco de vacinação continua nos idosos

Apesar da interrupção das vacinas provenientes da Índia, da farmacêutica AstraZeneca, as pessoas que tomaram a primeira dose vão poder receber a segunda, com recurso a remessa de 24 mil doses do mesmo imunizante, que chegou de Portugal na última sexta-feira.

“Vamos continuar a vacinar as pessoas idosas, pois, como podem constatar nas estatísticas, são essas pessoas que estão com um risco bastante elevado de complicações e de óbito, e é isso que acaba por condicionar a resposta dos hospitais em termos de internamento e de condições para cuidados intensivos”, explicou Jorge Barreto.

O epidemiologista garantiu ainda que o país continua a fazer de tudo para, muito em breve, ter mais doses de vacinas, e ter a possibilidade de alargar para outros grupos prioritários, do plano de vacinação.

Mais de 28 mil casos registados

Dados actualizados esta terça-feira, 17, apontam que o país registou 129 casos novos, chegando a um total de 28.410 casos registados desde Março de 2020.

A nível de casos activos, Praia (1082) e São Vicente (357) dominam a lista de concelhos com mais infecções recentes, num universo de 2.581 casos activos.

Segundo as últimas actualizações, Cabo Verde contabiliza 2560 casos activos, 25.581 casos recuperados, 252 óbitos, oito óbitos por outras causas e nove transferidos, perfazendo um total de 28.410 casos positivos acumulados.

Vídeos com abuso de teor sexual nas FA

Autores estão a ser alvo de processo criminal e disciplinar

Dois vídeos com abusos de teor sexual, envolvendo jovens recrutas, foram amplamente partilhados nas redes sociais, na última terça-feira (18). Num dos registos, dois jovens são colocados contra a parede e obrigados a simular actos sexuais. Não se sabe tratar-se, ou não, de alguma praxe.

No segundo registo, este mais grave, um outro militar é imobilizado por outros superiores. Na sequência, é-lhe introduzido um cabo de vassoura, pelo ânus, para o seu desesperto.

Segundo fonte do A NAÇÃO, os vídeos terão sido feitos no Quartel Jaime Mota, na Praia.

Assim que os vídeos começaram a ser partilhados, deram origem a uma enorme onda de indignação de internautas nas redes sociais, inclusive, porque mostra o rosto dos visados. Algumas das vítimas, ao que tudo indica, são recrutas recém-jurados, que chegaram há dias no quartel.

Processo criminal e disciplinar

Dizendo muito indignado, o chefe de Estado Maior das Forças Armadas, general Aníbal Morais, revelou ontem que os visados já estão a ser alvo de acções disciplinares, para que “actos desta natureza não voltem a acontecer”.

Em comunicado, o CEMFA refere que perante a gravidade dos factos verificados, “após a identificação dos perpetradores de tais condutas extremamente censuráveis e desumanas, foi ordenada, no mesmo dia, nos termos do Código de Justiça Militar em vigor, a



Esta semana tornaram-se públicas nas redes sociais, dois registos audiovisuais de teor sexual, envolvendo elementos das Forças Armadas (FA). O conteúdo causou a indignação de vários cabo-verdianos, sobretudo nas redes sociais. Diante disso, a chefia militar garante que os autores já estão ser alvo de um processo criminal e disciplinar.

Jason Fortes

instrução do Processo Criminal aos envolvidos através do Despacho no 0079/21; Pela complexidade da situação e de forma a haver uma averiguação independente foi nomeado para proceder à investigação o próprio Promotor de Justiça junto do Tribunal Militar de Instância”, diz o mesmo comunicado.

“Os Regulamentos Militares proibem de forma explícita

e veemente todos os comportamentos constantes dos referidos vídeos, sendo puníveis nos termos do Código de Justiça Militar e do Regulamento de Disciplina Militar em vigor. Além do disposto nas Leis e Regulamentos Militares, em 20 de março de 2012, através do despacho no 113/12, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas proibiu qualquer tipo de sevícias, sanções corporais,

ofensas à integridade física ou moral, a prisão arbitrária e castigos físicos excessivos nas Forças Armadas”, acrescenta a mesma fonte.

As Forças Armadas frisam que os factos constantes dos dois vídeos não ocorreram a mando de qualquer superior hierárquico, ou no âmbito de instrução, sendo factos “condenáveis, vergonhosos e violam todos os princípios que

enformam a instituição militar”.

A instituição castrense aproveitou para informar que condena veementemente a prática de maus tratos de qualquer natureza, seja ela perpetrada por superiores, inferiores ou pelos pares, “sendo lastimável que esse grupo de indivíduos se comporte de forma tão grotesca e desumana com seus colegas de armas e de caserna”.



Campeonato Africano de Judo

Cabo Verde com olhos no pódio

Cabo Verde pode atingir o pódio no Campeonato Africano Sénior de Judo que arranca na próxima quinta-feira, em Dakar. A expectativa é do atleta Magner Mendes que viaja esta manhã para a capital senegalesa, onde vai participar na competição continental.

Jason Fortes

Magner Mendes participa desde 2009 nessas competições em África. Apesar de reconhecer outras equipas mais fortes que Cabo Verde, mesmo assim, sente-se em condições de fazer uma boa prova.

“A minha expectativa é fazer uma boa prestação e uma boa participação, ganhar combate a combate, com o objectivo de subir ao pódio. Há determinação, há garra, coragem e sonhos grandes. Mas na realidade, em termos de África, há países com mais condições do que Cabo Verde, particularmente Egipto, Argélia, Tunísia. No entanto é fazer uma grande prestação, combate a combate”, disse Magner Mendes, em declarações à RCV.

Pelo nível competitivo e pelo conhecimento que tem dos companheiros, o judoca natural de Tarrafal de Santiago, acredita que a equipa nacional pode trazer medalhas para o país.

“Acredito, principalmente os atletas que estão mais

jóvens e principalmente que têm mais oportunidades de estar inseridos em clubes, onde há melhores condições, nomeadamente Alexandre, Djamila, têm mais ritmo e é possível trazerem medalhas. Tiveram mais oportunidade do que eu para competir este ano e não só, também têm melhores condições. É mais fácil fazerem competições estando na Europa do que estando em Cabo Verde, principalmente algumas competições da Federação Internacional”, acrescenta.

Depois de Dakar, os judocas cabo-verdianos vão participar no Campeonato do Mundo em junho, na Hungria, qualificativo para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.

A comitiva nacional leva cinco judocas para o Campeonato Africano Sénior de Judo, que acontece de 20 a 23 deste mês, em Dakar. Magner Mendes na categoria -73 kg, Alexandre Silva -60 kg, Sandrine Dias -63 kg, Sandra Borges -57 kg e Djamila Silva na categoria -52kg.



Andebol

Seleção nacional inicia treinos sob as ordens de Ana Seabra

A seleção nacional de andebol iniciou esta semana os treinos, sob a orientação de Ana Seabra, tendo em vista a participação no CAN 2021. De nacionalidade portuguesa, essa técnica foi contratada recentemente pela federação da modalidade.

Ana Seabra orientou, na segunda-feira (17), os dois primeiros treinos no pavilhão Vavá Duarte, com as jogadoras pré-convocadas. A última sessão de trabalhos terminou já depois das 20 horas. No final Seabra concluiu que a abordagem do primeiro dia foi muito boa.

“Foi bom, acho que estão a entrar no espírito dos princípios que pretendo. Em termos de capacidade, a equipa está a

responder e pronto, penso que está a ser uma boa abordagem, um primeiro dia com uma boa abordagem, tendo em conta as expectativas que tinha e que tinha conhecimento das jogadoras”, disse a seleccionadora nacional à RCV.

A falta de ritmo, segundo a treinadora, é, por agora, o maior desafio. Para a técnica, a longa paragem é um problema que tem afectado a todos.

“É normal estarem um bocadinho mais cansadas em termos técnico-tácticos. Claro que não foi só aqui, foi a nível mundial e também vinha com esse feedback e já preparada para algumas dificuldades que elas tivessem ao nível físico e ao nível do próprio andebol porque não

têm estado a treinar. Estão a treinar há pouco tempo, portanto faz parte do processo, porque já tinha conhecimento”.

Após o primeiro dia de treinos, a seleccionadora nacional conclui que tem muito trabalho pela frente, um desafio animador, já que “há muito potencial no colectivo”.

Os treinos prosseguem ao longo desta semana, com sessões duplas. A seleção cabo-verdiana de andebol feminino partilha com as equipas nacionais de Angola, Congo e Argélia, o Grupo C do 24º Campeonato Africano das Nações que se realiza de 8 a 18 de Junho em Yaoundé, Camarões.

JF



Renovação do “Adérito Sena” quase concluída



As obras de reforma do Estádio Adérito Sena, no Mindelo, estão quase prontas e devem ser entregues no final deste mês. O recinto deverá estar “apto” para receber jogos da Liga de Clubes Campeões de futebol feminino africano, em Julho próximo. Mas o sonho maior é ver os Tubarões Azuis a jogar em São Vicente.

Carlos Alves

ao actual contexto de pandemia, estão a ser equacionadas junto das várias autoridades envolvidas na competição.

De acordo com aquele responsável, faltam apenas serem instalados os sistemas de iluminação e de vídeo vigilância do estádio, que devem chegar à cidade nos próximos dias. Além disso, a empresa de manutenção do relvado já esteve no estádio a fazer um levantamento das necessidades de intervenção e de conservação do relvado sintético.

“Haverá uma manutenção no relvado, que já tem a certificação da FIFA, podemos comprovar que até ao fim do mês podemos entregar a obra”, assegurou Melo em declarações à RCV.

As obras de requalificação do Estádio Adérito Sena, em São Vicente, que arrancaram em Junho do ano passado, estão na sua fase final. O grosso da intervenção ocorreu na parte norte do estádio, que envolve a tribuna,

as bancadas, a iluminação, os acessos e os balneários.

Na última semana, uma missão técnica da Confederação Africana de Futebol (CAF) esteve em São Vicente para uma visita de inspecção ao recinto e outras infra-estrutu-

ras da ilha.

O órgão que representa e administra o futebol na África quis ver in loco as condições, que aprovadas, darão o estádio como apto para receber as eliminatórias da primeira liga dos clubes campeões de

futebol feminino africano, já agendada para de 17 a 31 de Julho, em Mindelo.

Conforme Gerson Melo, director executivo da União de Futebol da África Ocidental (UFOA), todas as condições de segurança sanitária, devido

Andebol

Adérito Sena como mais-valia para o desporto no norte do país

Há muito desejada, a remodelação do “Adérito Sena” é algo esperado pela comunidade desportiva de São Vicente, que assim poderá assistir, entre outros, aos jogos dos Tubarões Azuis, até aqui apenas possível nos campos da cidade da Praia – Várzea e Estádio Nacional – por causa de condições técnicas.

César Lima, presidente da Associação Regional de Futebol de São Vicente, mostra-se por isso expectante: “Quando as obras no estádio Adérito Sena estiverem terminadas isso trará grandes benefícios não só para a ilha de São Vicente, mas como para toda a zona norte do país”.

“Agora é aguardar até que estejam também

reunidas todas as condições sanitárias para a realização de jogos, tanto a nível regional, nacional e internacional”, acrescenta.

Vanda Graça, centro campista da equipa sénior feminina do C.S. Mindelense, segue pela mesma toada: “Espero que a requalificação do Adérito Sena possa trazer grandes benefícios para o desporto e para os atletas. E a melhoria das condições de infra-estruturas com certeza que influenciam e incentivam, ainda mais, o crescimento do futebol masculino e feminino em São Vicente. Espero que os mais jovens possam ser beneficiados com estas novas condições e que possam ser futuros desportistas e vencedores”.

CA



César Lima



Vanda Graça

Falta de água ameaça gota a gota na Ribeira de São Miguel

Antonina Tavares e Danilisa Moreira são duas chefes de família da Ribeira de São Miguel que foram beneficiadas com o programa de rega gota a gota da autarquia micaense. Graças a isso passaram a poder cuidar do sustento diário e da educação dos filhos; agora, com a falta de água, afirmam ver o futuro com preocupação.

Com a gota a gota, havendo água, “é possível conseguirmos produtos suficientes para satisfazer as nossas necessidades e vender o excedente”, diz Danilisa Monteiro que abraçou o sistema da gota a gota no ano passado. “Trabalhei durante a época das chuvas, terminando, não tive como continuar porque não dispunha de água para regar as plantações”.

Antonina Tavares, que aderiu à gota a gota há cerca de dois anos, também enfrenta o mesmo problema da sua colega. “Neste momento toda a produção se encontra parada porque não dispomos de água”, disse ao A NAÇÃO.

Sustentabilidade ameaçada

Nas respectivas parcelas de terra, as duas mulheres ouvidas por esta reportagem cultivam hortaliças como tomate, pepino, abobrinha, entre outros. Durante o período das águas, altura em que a produção é boa, as duas vendem os seus produtos nos mercados da Assomada, Calheta e arredores.

No âmbito da expansão do sistema gota a gota, em curso em Santiago, as primeiras sementes foram oferecidas, de modo a servirem para testar a fertilidade do solo. Com a sua germinação e crescimento as duas agricultoras puderam garantir as próprias plantas para o restante cultivo.

“Se tivermos água, o rendimento é suficiente para satisfazer todas as necessidades da casa, e falo isso com base na colheita que tivemos durante o período das chuvas”, diz Antonina.

“A nossa garantia é a água, se tivermos água com os nossos



REGIÕES

Mulheres da Ribeira de São Miguel beneficiadas com o programa de rega gota-a-gota dizem-se aflitas por estarem a ver o seu modo de sustento ameaçado devido à falta de água. Tendo conhecimento do problema, a Câmara Municipal diz que se está a trabalhar em busca de uma solução para o problema.

Anícia Veiga

cultivos cuidamos do nosso sustento diário e da educação dos nossos filhos”, reitera Danilisa Moreira.

As duas cidadãs dizem ainda que terminando o período das chuvas fizeram um esforço para ver se o projecto avançava, “mas nesta Ribeira, sem água, é impossível”, garante Antonina.

Solução ineficaz

Para resolver o problema da água, as duas agricultoras dizem já ter comunicado o problema aos serviços camarários. “Os responsáveis já têm conhecimento da questão, disseram-nos que que estavam a tentar contorná-

-lo com o uso de autotanque e bombeiros para disponibilizar a água, mas, mesmo assim, a água não é o suficiente para resolver esta questão”, explica Antonina.

Tendo em conta a importância da água para a rega, e da gota a gota para as famílias, as agriculturas mostram-se propensas, caso necessário, pagar uma certa quantia mensal de forma a que possam assegurar a regular disponibilização do tão precioso líquido e em quantidade suficiente para garantir as plantações.

O projecto da rega gota a gota na Ribeira de São Miguel funciona há cerca de dois anos e beneficia directamente 47 mulheres chefes de família.



Antonina Tavares



Francisco Lopes

Resposta da autarquia

O vereador de São Miguel para a área da Agricultura, Pecuária, Pescas, Energia e Habitação, Francisco Lopes Cabral, confirmou ao A NAÇÃO que a edilidade já tem conhecimento do problema e se diz consciente de que as medidas em curso, abastecimento por autotanque e bombeiros, não são suficientes para garantir a produção.

Francisco Cabral diz que a falta da chuva fez com que o volume da água nos poços naquela Ribeira diminuísse bastante, ao ponto de neste momento não haver capacidade para abastecer toda a população.

Como forma de encontrar uma solução permanente e que satisfaça a todos, Cabral afirma que se encontra em curso um projecto junto de empresa James Water “para a exploração de um novo furo e com isso criar condições para que retomam a sua produção”.

Segundo o vereador, o estudo deste novo projecto de furo já se encontra em curso e deverá situar-se na zona da Achada Barril, na Ribeira de São Miguel. “Até ao final deste mês de Maio esperamos ter uma resposta para continuar a alimentar este projecto da inclusão socioeconómica das mulheres da Ribeira de São Miguel”, conclui.

Maísa Fortes, líder da “Amdjer na Obra”

Calceteira com muito orgulho

A residente em Alto Bomba, em São Vicente, Maísa Fortes, contou ao A NAÇÃO que trabalha desde a adolescência como vendedora ambulante. Vendeu peixe, legumes, frutas e verduras e roupas nas ruas do Mindelo. Mãe solteira de cinco filhos, é com o fruto do seu trabalho que sustenta a família.

No entanto, para driblar o desemprego procurou a capacitação que surgiu quando as calceteiras do Carriçal de São Nicolau ministraram uma formação para um grupo de dez mulheres do Alto Bomba, em 2019. Grupo do qual fazia parte a Maísa Fortes, tida neste momento como a sua líder.

“O calcetamento começou como uma experiência quando eu e outras mulheres do bairro recebemos uma formação ministrada pelas calceteiras do Carriçal. Depois tornou-se uma necessidade pois necessitávamos trabalhar. Estamos a trabalhar nesta área desde Novembro”, explica a entrevistada.

“Amdjer na Obra”

O grupo chama-se “Amdjer na Obra” e surgiu através do projecto Outros Bairros, do Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação, que pretende intervir nos subúrbios do país. O plano é contribuir para transformá-los, através da reabilitação, revitalização e acessibilidades.

Hoje, como calceteira profissional e mãe solteira consegue o sustento dos cinco filhos e da própria mãe, que vive com ela. Aliás, o apoio da família tem sido fundamental “desde o início”, pois eles sabem das “lutas” travadas pela progenitora.

“Os meus filhos sempre me apoiaram, porque sabem a



Maísa Fortes, 39 anos, diz-se orgulhosa de ser líder e de fazer parte do grupo de mulheres calceteiras, “Amdjer na Obra”, que actua na ilha de São Vicente. Embora ainda não seja uma profissão com muitas mulheres no país, é a que lhe permite levar o sustento aos cinco filhos e à mãe que vive com ela.

Carlos Alves



Maísa Fortes

mãe que têm”, destacou.

Conforme esta mindelense, o dia de trabalho começa às 7 horas e termina por volta das 14 ou 15 horas, consoante a metragem colocada, ou seja, o salário é calculado com base no número de metros calcetados num dia, que em média é cerca de 10 metros por dia.

O grupo Amdjer na Obra já deixou a sua marca em alguns pontos de São Vicente, como o calcetamento no Monte Sossogo, a obra de requalificação da Baía das Gatas, agora em Alto Bomba e já se encetaram contactos para trabalhos na zona Calhau.

“Sinto uma satisfação imensa quando passo numas das localidades e vejo o nosso trabalho. Além disso, as críticas são muito boas e naturalmente que me sinto muito orgulhosa do trabalho feito por mim e pelas minhas colegas”, acrescenta Fortes.

Nem tudo são rosas

Maísa confessa que nem tudo são rosas, pois ainda persiste algum preconceito no seu meio laboral, pelo facto de serem mulheres.

“Ainda há uma certa discriminação por parte de alguns

homens. Talvez porque pensam que vamos tomar-lhes o trabalho”, salientou.

Mesmo assim, continua motivada em seguir a trabalhar diariamente, assim como as suas colegas, e encoraja outras mulheres a seguirem os seus passos.

“Não devem desistir, pois, inicialmente encontram muitas dificuldades neste tipo de trabalho. Muitas pessoas dizem que uma mulher não pode fazer este ofício e nós, provámos que não só somos capazes como o nosso trabalho tem muita qualidade”.

Questionada sobre o que as

mulheres dizem sobre o facto de serem calceteiras, Maísa Fortes, explica que algumas afirmam ser um trabalho difícil, porém, outras mostram interesse em aprender.

É neste sentido que o grupo «Amdjer na Obra» pensa repassar o conhecimento adquirido aos “interessados e interessadas” que queiram aprender o ofício, com cursos práticos em calcetamento.

Futuramente o grupo liderado por esta jovem já pensa, igualmente, em empreender e criar a sua própria empresa de prestação de serviços na área do calcetamento.



Ricardino Neves

Solução para a Câmara Municipal de S. Vicente? A aplicação, pura e simples, do estatuto dos municípios!

1. Introdução

A 22 de Abril os vereadores da UCID e do PAICV na Câmara Municipal de São Vicente retiraram a confiança política ao presidente do município, Augusto Neves, por considerarem estar perante o que consideram ser uma violação deliberada dos estatutos do município, discriminação dos vereadores e inactividade da autarquia.

A 27 de Abril o presidente da Câmara Municipal de São Vicente afirmou que tem pautado a sua acção pela harmonia e aponta dedo ao que classifica de “criação de factos e atritos superficiais”

E desde então baixou o silêncio sobre o assunto. A comunicação social estatal e a comunicação social privada limitaram-se a transcrever as declarações emitidas e pouco mais.

Impõe-se assim refletir sobre o assunto e procurar vislumbrar solução para este “desencontro”. Daí esta partilha.

2. Enquadramento legal da figura presidente de Câmara

Julgamos necessário fazer uma incursão prévia sobre a abordagem legal para ajudar a enquadrar as figuras Câmara Municipal, Presidente da Câmara e a relação entre a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara.

O Decreto Lei nº 121/91 de 20 de Setembro, no seu artigo 9º, indica como órgãos representativos do Município a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara.

O Decreto Lei nº 122/91 de 20 de Setembro define no seu artigo 11º o modo de eleição, com os titulares da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal a serem eleitas por listas plurinominais apresentadas em relação a cada órgão e sendo eleito Presidente da Câmara o primeiro candidato da lista mais votada.

O mesmo Decreto Lei estabelece no seu artigo 15º (Critério de eleição) que a conversão de votos

em mandatos para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal se faz em obediência ao método de representação proporcional (Hondt).

Mais estabelece que se uma das listas concorrentes obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos, ser-lhe-á conferida a totalidade dos mandatos.

A Constituição da República de Cabo Verde de 1992, no seu art. 230º (Organização das autarquias) vem dispor o seguinte:

1. A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita, com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo responsável perante aquela.

2. A assembleia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional.

Assim fica claro que a figura de Presidente de Câmara não tem qualquer referência constitucional, ao contrário do órgão colegial executivo.

Conforme se pode constatar dos resultados oficiais publicados no Boletim Oficial, os eleitores elegem vereadores, sendo Augusto Neves um dos nove vereadores membros da actual Câmara.

Assim todos os vereadores têm igual legitimidade enquanto eleitos pelos cidadãos votantes.

A lei 134/IV/95 de 3 de Julho, no seu artigo 45º, refere o Presidente da Câmara como um dos órgãos representativos do município, introduzindo uma efectiva desafinação com o texto constitucional.

Pode-se afirmar que para haver Presidente tem que haver Câmara de onde provém e tem assento.

Onde há um órgão colegial, tem que haver, de entre os seus membros, um “líder”, um “chefe”, um “coordenador”, que a lei designou de Presidente de Câmara, talvez por lembrança da figura colonial que, recorde-se, não era eleita mas sim designada.

O Presidente é a figura de coordenador que qualquer órgão colegial executivo que não funcio-

na permanentemente necessita. E pressupõe, na sua actuação, a aceitação dos seus actos pelos restantes membros, ou, pelo menos, da maioria dos seus integrantes.

A prática corrente até agora de se “aceitar” como Presidente o primeiro da lista mais votada impõe a este o “risco” de ser um Presidente minoritário no órgão colegial Câmara. É o que parece acontecer actualmente na Câmara Municipal de S. Vicente. E nesse caso como funcionar nessa situação?

3. Enquadramento político da figura presidente

O Presidente dum órgão colegial deve assegurar uma maioria de apoio nesse órgão, formal ou informalmente.

A maioria é formal quando ele dispõe da maioria absoluta no órgão, caso em que a nossa legislação lhe confere a exclusividade de membros da sua lista no mesmo.

Nesse caso o Presidente tem o poder absoluto porque tem o apoio da sua maioria.

Quando ele só dispõe de maioria relativa no órgão, ele pode garantir a maioria absoluta associando pelo menos uma lista que, com os seus membros eleitos, lhe assegura a desejada maioria absoluta.

Para isso, ele deve ter a capacidade para “negociar” esse apoio, o que no caso de S. Vicente foi sendo conseguido até 2020.

Mesmo sem conseguir apoio formal de outra força política o Presidente pode ter a habilidade de, “jogando” com as sensibilidades, ir conseguindo o acordo ora duma ora doutra lista e ir levando a sua agenda avante.

Após eleições de Outubro de 2020 a UCID não se dispôs a “fazer acordo” e o MPD não pode (ou não quis) negociar outros apoios.

A eleição da mesa da Assembleia Municipal o MPD acabou por mostrar essa sua incapacidade (ou falta de vontade) e a sua faceta menos “democrática”.

Primeiro, não conseguir asso-

ciar a UCID ou o PAICV no processo de constituição da Mesa, sabendo do desejo público da UCID para assumir a Presidência desse órgão.

Depois, vendo-se derrotada na eleição desse órgão, saiu-se com tiradas de “assaltantes”, de “djagacida” e outras afrontas que selaram definitivamente o afastamento da UCID do MPD.

O recurso do MPD ao Tribunal Constitucional resultou na sua derrota com o Tribunal a lembrar no Acórdão 52/2020 que, citando, “sendo assim, não se pode dizer que houve algum desrespeito pelo princípio democrático, considerando que a regra da maioria está no centro do princípio democrático de decisão”.

Mas apesar da pedagogia do Tribunal Constitucional o MPD e Augusto Neves parecem não ter aprendido que novos tempos se avizinhavam e continuaram com a mesma atitude de pretender mandar absolutamente sem terem o poder para isso.

O processo de atribuição de pelouros foi cartada de Augusto Neves que, fiel ao velho mas sempre proveitoso princípio de dividir para reinar, “lançou a confusão” na frente UCID/PAICV, ao igualá-los em termos de profissionalização de pelouros “dando” 1,5 tempo para cada um, sabendo da sua diferente “força” visto que no órgão Câmara a UCID dispõe de 3 vereadores enquanto PAICV tem 2 vereadores.

A sombra dum eventual entendimento clandestino, não do MPD com o PAICV, mas sim dos “amigos” Augusto Neves e Albertino Graça, chegou a planar nas mentes mindelenses.

A aprovação do orçamento da CMSV com abstenção dos vereadores da UCID e do PAICV poderá ter levado Augusto Neves a julgar que a batalha estava ganha.

Mas rapidamente se percebeu que as acções “habilidosas” de Augusto Neves e o retomar progressivo da sua habitual atitude, no mínimo pouco dialogante, traziam com elas, não a divisão da UCID

O Estatuto dos Municípios define não só o quadro para o devido funcionamento da Câmara Municipal mas também indica os caminhos a seguir para uma situação de não cumprimento. Daí o nosso entendimento que a solução da situação na CMSV é, pura e simplesmente, a aplicação do Estatuto dos Municípios

e do PAICV mas pelo contrário, o desenvolvimento dum coligação que se afirmava e ganhava força à medida do tempo.

As peripécias da aprovação pela Assembleia Municipal da profissionalização dos vereadores e do orçamento municipal e a novela das reuniões da Câmara, sucessivamente adiadas umas, iniciadas outras mas não concluídas, vieram a agravar os desencontros entre Augusto Neves e a maioria UCID/PAICV na Câmara Municipal de S.Vicente que tiveram desfecho nas conferências de imprensa de 22 de Abril e 27 de Abril últimos.

E aqui chegados que solução para resolver a situação?

4.O que o Estatuto dos Municípios estabelece sobre as questões em discussão na Câmara

Artigo 91º (Reuniões)

1. A Câmara Municipal terá uma reunião ordinária quinzenal.

2. A Câmara Municipal poderá estabelecer dia e hora certos para as reuniões ordinárias, devendo neste caso publicar editais que dispensarão outras formas de convocação.

3. Poderá a Câmara Municipal reunir-se extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou a pedido da maioria dos Vereadores, não podendo, neste caso, ser recusada a convocatória.

4. As reuniões serão convocadas e dirigidas pelo Presidente.

Assim sendo, é evidente que, não reunindo a Câmara Municipal com a regularidade legalmente estabelecida (quinze em quinze dias) nem extraordinariamente, a pedido da maioria dos vereadores (facto alegado pelos cinco vereadores da UCID/PAICV), estamos perante um claro incumprimento da lei.

Artigo 46º (Ordem de trabalho)

1. Para cada reunião de um órgão municipal haverá uma ordem de trabalho proposta pelo respectivo Presidente e remetida aos demais membros com a convocatória, no prazo regimental.

2. Da ordem de trabalhos deverão constar, obrigatoriamente, todos os temas e assuntos para o efeito apresentado por escrito ao Presidente, por qualquer membro, desde que sejam da competência do órgão respectivo, até cinco dias antes do termo do prazo regimental de convocatória.

Parece que o Presidente não tem levado alguns temas e assuntos

apresentados por escrito pelos membros, contrariando o estabelecido no ponto 2.

O argumento deste ou aquele ponto não ser da competência do órgão não colhe pois não é competência do Presidente ser juiz.

Tendo dúvidas, deveria apresentá-las na Câmara e inclusive, se for o caso disso, votar contra eventual deliberação, reservando o direito de promover, no local próprio, a discussão da sua legalidade.

Não deve nem pode pretender que a Câmara só possa discutir o que ele, Presidente, bem ou mal, entende.

Artigo 47º (Quorum)

1. Os órgãos municipais só podem funcionar e deliberar em primeira convocação com a presença da maioria do número legal dos seus membros.

2. Não comparecendo a maioria do número legal dos seus membros, será convocada uma nova reunião, com o intervalo de, pelo menos 48 horas, com a presença de qualquer número de membros, desde que superior a um terço.

3. Pode ainda a assembleia deliberar validamente se iniciada a reunião nos termos do número 1 deste artigo deixar de existir quorum no decurso da mesma por abandono de uma parte dos membros.

4. Para efeito de determinação do quorum não se contam os membros impedidos nos termos da lei.

Resulta evidente que a reunião da Câmara, uma vez iniciada, pode deliberar validamente mesmo sem quorum por abandono dum parte

dos membros.

Ora, o Presidente da Câmara tem abandonado algumas reuniões a meio “declarando” o seu encerramento, tipo reunião não se pode efectuar sem minha presença.

Ora a lei, no seu ponto 3, permite que haja deliberação sem quorum, quando haja abandono de parte dos seus membros, como tem sido o caso do Presidente que, convém não esquecer, é membro do órgão.

Artigo 48º (Deliberação)

As deliberações dos órgãos municipais são tomadas por pluralidade de votos.

Pluralidade quer dizer regra da maioria que está no centro do princípio democrático de decisão”, citando o Tribunal Constitucional no acórdão Nº 52/2020.

Todas as decisões do órgão são tomadas por maioria. A começar pela ordem dos trabalhos que é proposta ao órgão para aprovação como é prática corrente.

As deliberações, se alguém as achar “ilegais”, podem e devem ser discutidas em fórum próprio, por quem as considerar como tais e proceder coerentemente.

Artigo 49º (Actas)

1. Será lavrada acta que registe o que de essencial se tiver passado nas reuniões, nomeadamente as faltas verificadas, as deliberações tomadas, os resultados das votações, os votos de vencido e qualquer outra matéria imposta pelo regimento.

2. Quando assim for deliberado pelo órgão, as deliberações mais importantes poderão constar de simples minutas aprovadas no termo da reunião e assinadas pelos membros presentes.

Havendo cumprimento da lei, as actas ou a sua minuta elaboradas pelo Secretário Municipal são (serão) comprovantes do que se passa(ou) no funcionamento da Câmara.

Os registos magnéticos são (serão) provas a não negligenciar num eventual apuramento dos

factos face a eventual inexistência de registos escritos.

Artigo 50º (Auto de não - realização)

Se não for possível efectuar uma reunião o Secretário lavrará auto de não realização na qual consigna as razões determinantes desse facto, os membros que faltaram e o mais que o regimento determinar.

A existência (ou não) de Auto de não - realização é comprovativo do cumprimento ou não da Lei e do funcionamento da Câmara Municipal.

Artigo 99º (Dever de informar)

1. O Presidente da Câmara Municipal submeterá à Câmara Municipal, na primeira reunião a seguir à sua recepção, todo o expediente respeitante à competência desse órgão, nomeadamente os ofícios, as cartas, as petições e queixas, e de uma maneira geral todos os documentos que concernem a esse órgão.

2. O Presidente informará ainda à Câmara Municipal do estado de execução das suas deliberações.

O Presidente da Câmara vem falhando no cumprimento do estabelecido legalmente ao não levar à consideração deste Órgão expediente respeitante a esse órgão.

Faz isso, de forma deliberada, sabendo ele que esse expediente já é do conhecimento dos vereadores, antes da reunião proposta.

5. Consequência legais em que pode incorrer o presidente da Câmara Municipal

Pelos actos de não cumprimento da Lei acima indicados pelo Presidente da Câmara Municipal, este pode ser objecto de processo de perda de mandato.

O Estatuto dos Municípios, no seu Artigo 59º (Perda do mandato) determina que 1. Perdem o mandato os titulares de órgãos municipais que: c) Incorram por acção ou omissão em ilegalidade grave ou numa continuada prática de ac-

tos ilícitos, verificados em inspecção, inquérito ou sindicância, ou expressamente reconhecidas por sentença judicial definitiva.

5.1 Tutela inspectiva

O recurso à tutela inspectiva poderia ser um caminho “rápido” para verificar a ilegalidade grave ou continuada prática de actos ilícitos pelo Presidente da Câmara.

Infelizmente a tutela parece hoje ser uma mera formalidade da Lei e a isso não é alheia a manipulação política partidária do Estado pelos detentores do Poder.

A Inspeção da Administração Local foi extinta há vários anos e os seus sucedâneos são meras formulações institucionais do tipo “já que se prevê tutela, há que existir um órgão com essa competência, ainda que não a exerça, ou quando a exerça, fá-lo a mando e conveniência do Poder instituído e não para garantir o adequado funcionamento do Estado.

Contudo não deixa de ser um instrumento que pode ser utilizado.

5.2 Ilegalidade Grave com recurso aos Tribunais Judiciais

Estabelece o Artigo 134º (Ilegalidades graves) que 1. Salvo ocorrência de causa justificativa, constitui grave ilegalidade, nomeadamente:

b) A não realização periódica das sessões da Assembleia, nos termos do artigo 75º e das reuniões das Câmaras, nos termos legais;

Ora parece claro que estamos em clara situação de não realização periódica das reuniões da Câmara sem causa justificativa.

A isso se pode adicionar a não realização, quando legalmente requerida, pela maioria dos seus membros como parece ter acontecido.

Como conclusão pensamos ser evidente que o Estatuto dos Municípios define não só o quadro para o devido funcionamento da Câmara Municipal mas também indica os caminhos a seguir para uma situação de não cumprimento.

Daí o nosso entendimento que a solução da situação na CMSV é, pura e simplesmente, a aplicação do Estatuto dos Municípios.



Pedro Ribeiro

Orçamento participativo vs. Orçamento Cidadão

Pretende-se, através destas notas, e que seja de fácil compreensão e assimilação pelos cidadãos das prioridades e decisões implícitas na política orçamental, visando informar substantivamente os cidadãos sobre a nova proposta de lei orçamental. A comunicação das prioridades orçamentais é fundamental para que os cidadãos entendam como o Governo pretende cobrar receitas e onde estas vão ser gastas, e como espera cumprir os objetivos para o défice orçamental e da dívida pública. A elaboração destes documentos tem como objetivo estabelecer boas práticas de transparência que servem para aumentar a qualidade da nossa democracia. O Orçamento Participativo (OP) é uma modalidade de gestão pública fundada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e execução do orçamento público, especialmente na indicação das prioridades para a alocação de recursos de investimentos. É um instrumento técnico, pedagógico e político, transformador da cultura participativa. OP é, geralmente, implantado com o objetivo de fomentar a participação, mas se o gestor não atender as expectativas apresentadas nas assembleias, a participação tende a diminuir, isso é um exemplo de risco, entendido como os resultados negativos indesejados, fruto de uma prática mal-sucedida. É apontado como um mecanismo de democratização da política orçamental, reunindo os cidadãos em assembleias públicas nas quais avaliam a gestão, elaboram propostas de acordo com suas expectativas e, em muitos casos, deliberam sobre a utilização e aplicação dos recursos públicos, e os dirigentes executam a vontade popular. Ter dinheiro não basta. É preciso saber utilizá-lo! Uma forma institucional que envolve a partilha de espaços de delibera-

ção entre representações estatais e entidades da sociedade civil, tendo como base a negociação e a parceria, caracterizando-se como uma estrutura aberta, em constante mutação de acordo com os formatos necessários a cada realidade ou interesse, pois sua estrutura não é fechada em um modelo jurídico que vem de cima para baixo. Uma experiência de gestão, um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso. Apresenta-se também como um processo com múltiplas dimensões, na medida em que se constitui como uma prática de discussão e definição de problemas e prioridades que envolvem diferentes interesses, atores e arenas e/ou espaços públicos e sociais. Uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos, a saber: a primeira característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detêm como resultado de um processo representativo local; em segundo lugar o OP implica a reintrodução de elementos de participação local, tais como assembleias regionais, e de elementos de delegação, tais como os conselhos; em terceiro lugar, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o OP a uma tradição de reconstrução de uma gramática social participativa na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes; em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica. É importante destacar que o OP não é um instrumento com características cimentadas, desarticulado de seu contexto, por isso, tal prática possui tantos formatos diferentes, quanto são diferentes as realidades políticas, históricas e sociais, bem como os interesses dos grupos envolvidos do processo. Isso dificulta abordagem teórica, que não se atém a um caso específico, assim como a cria-

ção de um “tipo ideal”, nos termos weberiano. Parece-me evidente que as práticas de OP que tenderão a obter maiores sucessos, entre nós, são aquelas que surgirão em municípios dotados de maiores volumes de recursos públicos, marcadas pela iniciativa da sociedade civil e dotadas de apoio político do poder executivo e legislativo, como sejam o Município da Praia e Mindelo. É claro que o sucesso do OP não depende apenas desses três aspetos, existem ainda as questões ligadas à estrutura institucional desse instrumento e ao stock de capital social e empoderamento comprometido social. As potencialidades referentes à prática do OP, são diversas, embora seja possível identificar “riscos” e limitações em torno dessa prática de gestão pública. A confiança e popularidade do poder executivo poderá estar em causa, uma vez que uma prática de OP que não atende às reivindicações ou à concretização do que é definido nos foruns e nas plenárias podem, ao contrário, desencadear uma insatisfação geral em relação aos políticos, especialmente aos Presidentes de camaras, bem como desmotivar a participação social de assuntos públicos, reforçando a ideia de que política não é coisa para pessoa honesta e confiável. A prática do OP, pode ampliar, dependendo do sucesso da prática, a popularidade junta à sociedade civil, assim como dar-lhe legitimidade para não ficar refém de pedidos de ações beneficiadoras de pequenos grupos. influenciar os gestores a atenderem suas demandas. Cabe destacar que é comum, à medida que os recursos para o OP vão se ampliando, grupos das camadas sociais mais privilegiadas se mobilizarem para participar do OP buscando o atendimento às suas expectativas. OP resgata a potencialidade da peça orçamental no que se refere ao controlo da gestão dos recursos públicos, possibilitando a participação social direta sobre este. Os municípios, nos quais há experiências de OP, têm se adaptado mais rápido aos critérios da Lei de Responsabilidade financeira e Fiscal, em função de uma gestão financeira mais cuidadosa. Estudos

científicos evidenciam que os OP bem-sucedidos convidam ao incremento dos recursos municipais, diminuindo o deficit, e limitando o gasto no sentido de melhorar as condições financeiras dos municípios, pois há capacidade de conscientização dos seus participantes de que existem limites reais do gasto/investimentos na gestão pública. O OP, se corretamente implantado e bem conduzido, pode ser um meio propício para forçar a transparência fiscal e orçamental em governos locais, uma vez que a participação dos cidadãos/eleitores/contribuintes no processo orçamental tende a se constituir num tipo inovador de pressão política, que os interesses partidários e eleitorais terão que considerar. O Orçamento Cidadão (OC) trata-se de um documento resumo do Orçamento Geral do Estado, nos seus pontos essenciais que visa tornar acessível e compreensível a informação sobre a gestão dos recursos públicos. Afeta o rendimento das famílias, os lucros das empresas, o investimento público e o privado. Permite às famílias e às empresas formar as suas expectativas. Clarifica as prioridades políticas do Governo, e permite o controlo democrático da governação. Enquadra legalmente a governação, garantindo uma medida de estabilidade e previsibilidade. Deste modo, OC é um dos instrumentos do Governo para, no âmbito do seu compromisso de gestão transparente do erário público, fazer chegar ao cidadão as linhas gerais do Orçamento Geral do Estado, garantido uma maior participação do Cidadão nas fases do processo orçamental. É assim que ao longo do OC procura-se utilizar uma linguagem simples e acessível a todos. Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controlo do Orçamento, e que estão definidos na Carta Magma, e da nova Lei de Bases do Orçamento do Estado. Ou seja, O Governo define no Projeto de Lei Orçamental Anual, as prioridades da política sectorial, e as metas que deverão ser atingidas naquele ano civil, e deverá ser aprovada pela Assembleia Nacional. O Governo através do Ministério das Finanças,

avalia e consolida as propostas do Projeto do OGE submetido ao Presidente da República, e este por sua vez, remete à Assembleia Nacional para aprovação. O OGE é uma previsão das receitas e despesas anuais do Estado. Engloba um conjunto de documentos relevantes que, com forma de lei, apresentam a discriminação das receitas e despesas a efetuar durante um determinado ano. Inclui ainda a autorização concedida à Administração Financeira para cobrar receitas e realizar despesas. Qualquer OE cumpre três conjuntos de funções: económicas (permite uma melhor gestão dos recursos públicos), e de eficácia, pois permite ao Governo conhecerem a política económica global do Estado), políticas (garante os direitos fundamentais dos cidadãos, ao impedir que sejam tributados sem autorização dos seus legítimos representantes, e o equilíbrio de poderes, já que, através do mecanismo de autorização política, o Parlamento Nacional pode controlar o Governo) e jurídicas (através de normas que permitem concretizar as funções de garantia que o Orçamento pretende prosseguir). É usualmente formalizado por meio de Lei, proposta pelo Poder Executivo, apreciada e ajustada pelo Poder Legislativo (AN) na forma definida pela Constituição de acordo com os princípios de Unidade, Universalidade, Anualidade e Publicidade... O OC deveria ser um documento oficial, não técnico, mas compreensível, que deveria ser parte integrante do ciclo orçamental, sendo publicado pelo Governo/Direção-Geral do Orçamento e Contabilidade Pública (DGOCP). É isso que as boas práticas orçamentais internacionais recomendam como pode ser visto no Open Budget Survey (OBS) e o Open Budget Index, implementado pelo International Budget Partnership. O Orçamento Cidadão deve resumir o OE, nos seus pontos essenciais. Torna-se essencial a elaboração regular do OC como um instrumento decisivo para aumentar a compreensão pelos cidadãos das políticas públicas, melhorando a accountability dos decisores políticos. Pois o OE deve ser explicado!



28 Magníficos

O novo governo de UCS começou o seu programa de criação de emprego e relançamento da economia no próprio Governo. É que ao todo são 28 ministros e secretários de Estado aos quais se devem somar 28 secretárias, 28 assessores, 28 directores gerais, 28 técnicos superiores para os gabinetes de ministro e secretários de Estado, 28 técnicos superiores para os directores gerais, 28 condutores, 28 recepcionistas, 28 telefonistas... Feita a soma de todos os “28 magníficos”, e na lógica da progressão aritmética, no mínimo 10 mil famílias têm pelo menos um dos seus membros com emprego público garantido. É importante frisar, este é um quadro – empregatício –, feito de forma minimalista, que é para ver se sobra um job também para o pobre ZIG e o seu staff. Ai que saudades do tempo do Governo Enxuto.



Aprender com os outros

A Alemanha, dos países mais poderosos do Mundo, tem 17 ministros, incluindo o Chanceler e o vice-chanceler. A França, um dos maiores doadores de África, tem 18... A Suécia 11... A Finlândia 15... Portugal, nosso best friend, tem 20... Cabo Verde, com os seus 4033 quilómetros quadrados e 550 mil habitantes, tem 19 ministros, incluindo o das Comunidades, todos pagos pelo Contribuinte crioulo, essa mula mansa!... Como diziam os Antigos, chovesse nestas ilhas estes 10 grãosinhos de terra seriam uma potência universal.



ZIG agradece a foto à concorrência

Esmaiou?

Não, não esmaiou! Mas sentiu um suor frio a escorrer pela espinha, calafrios e cortamento de barriga quando Jorge Santos anunciou “não passou”. Ulisses insistiu, mais uma vez, numa figura controversa, desta feita para o cargo de primeiro vice-presidente do Parlamento e teve a resposta cortante do PAICV. Portanto, e o que é mais duedu, mais um ventoinha “traído” pelos seus próprios pares do Grupo Parlamentar. Orlando Dias obteve apenas 36 votos favoráveis, menos um em relação à maioria absoluta exigida para a sua eleição. Perdido por um, perdido por mil, diz a tradição.



Adenda

Da mesma forma que arranjou uma solução para Jorge Santos, com a criação, em cima dos joelhos, do Ministério das Comunidades, Ulisses ainda vai a tempo de fazer um sprint até ao Palácio do Platô para fazer uma adenda ao elenco governamental acrescentando um Ministério à imagem de Orlando Dias. Mas qual seria a pasta para esse deputado para o círculo da África e que também foi vice-presidente do Parlamento da CEDEAO?... Neste mundo de infinitas possibilidades, querendo, Ulisses não deixa Orlando na estrada.

Amadeu sempre Amadeu

Ninguém pode dizer que o nosso Amadeu Oliveira, deputado nacional agora pela UCID, não esteve à altura do Grande Momento da posse, ontem, dos novos representantes do Povo. Ei-lo devidamente fatoteado ao lado da deputada Ana Paula Moeda, do PAICV. Nos trinques, como manda o decoro parlamentar.



Justiça

Como o próprio Amadeu tratou de informar, em mensagem compartilhada com os amigos, o fato é um empréstimo do amigo Tide Monteiro, marido de Andreia Andrade, destinatária da bazofaria: “Como podes ver, o fato me ficou tão bem que seria um crime voltar a devolver ao Tide”. E agora que goza de *impunidade* parlamentar avisa: “Caso o Tide insistir em tomar de volta o Fato que já foi seu, diga-lhe que pode ir chamar-me ao Tribunal, na certeza de que não existe Justiça em Cabo Verde, pelo que melhor mesmo é deixar-me ficar com esse belo vestuário que me serviu tão bem”. Avisado, ZIG informa que não empresta roupa interior, meias, sapatos... nem ao novo PAN! Além disso, tantos anos a trabalhar para a não-Justiça o nosso Amadeu nem um fato tem para ir à uma posse parlamentar?... Como se diria em Santo Antão, *casta de Dotor é esse?*



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.

A fashion show runway with models wearing colorful, patterned dresses. The models are walking in a line, and the background is dark. The dresses feature various patterns and colors, including red, blue, yellow, and white. The models are looking forward, and the overall atmosphere is professional and high-fashion.

Covid-19 empobrece moda

SOCIEDADE

Covid-19 empobrece o “mercado” da moda em Cabo Verde



MODA

Considerado “o parente pobre” da cultura em Cabo Verde, os profissionais do ‘sector’ da moda vêem a covid-19 como mais um obstáculo ao sonho de desenvolver essa indústria no país. Com todas as actividades condicionadas, a aposta tem sido preparar novos talentos para o mercado internacional da moda.

Ricénio Lima



Kévin Daniel

Kévin Daniel, estilista e agente de modelos, é actualmente um dos nomes que se destaca na moda em Cabo Verde.

Com a paralisação dos desfiles, a produção de colecções ficou para o segundo plano, com a covid-19 a colocar a nu as fragilidades de uma área em desenvolvimento no país.

Em alternativa, Kévin Daniel, retomou os planos de preparar e agenciar modelos cabo-verdianos

para o mercado internacional. Um trabalho que, como diz, tem dado muito gosto ao estilista, que já tem contratos fechados com agências de Milão, Paris e Nova Iorque.

“Enorme potencial”

“Cabo Verde tem um enorme potencial. As agências ficam fascinadas pela beleza rara e única do nosso povo, cheio de talento e capacidade”, adianta Kévin.

Entretanto, no mercado nacio-

nal ainda há resistências para a solidificação de uma verdadeira indústria da moda, que valorize os talentos e garanta empregabilidade dos profissionais do sector.

“Trabalhar e viver da moda sempre foi difícil. A moda é muito incipiente em Cabo Verde. Não temos mercado, não há um número expressivo de designers e estilistas e não há união dos profissionais da área. Não podemos falar de um sector da moda porque exige um conjunto de profis-

sionais ou profissões”, considera Kévin Daniel.

O responsável pela agência de modelos Ilhéus Fashion e também agente de modelos Hernani Moreira, parte da mesma opinião. Fala numa vontade embrional de fazer nascer, de facto, uma indústria cabo-verdiana da moda.

“Existe um enorme potencial a nível humano que necessita de ser promovido e desenvolvido, potenciando a formação nesse sector. A pandemia parou

por completo a possibilidade de sonhar e desenvolver, por ora, o nosso mercado”, avança.

Para que o sector não fique parado, a Ilhéu Fashion, segundo Hernani, tem também formado e capacitado os modelos da agência e procurado novos talentos para o mercado internacional.

Falta de regulamentação

E para que se desenvolva, de facto, um mercado de



Hernani Moreira

moda nacional, Kévin Daniel acredita que a primeira etapa passa por regulamentar o sector.

“Há que regulamentar o sector, nomeadamente das agências, pois muitas são ilegais e não fazem um trabalho sério, colocando em causa as demais que primam pelo rigor. A moda só é possível quando existem todas as condições, legislação e pessoas sérias a trabalhar em prol de

um bem comum”, entende.

Esse estilista e agente de modelos pede também que os modelos sejam valorizados como profissionais com direito a salário.

Por sua vez, Hernani Moreira considera que Cabo Verde tem de acreditar e investir na moda, citando o papel do Estado na criação de mecanismos de promoção e divulgação da moda cabo-verdiana além fronteiras.

Steve, Leandra e Rúben, promessas na moda internacional

Os modelos Steve Lima, Leandra Andrade e Rúben Lopes são os novos rostos promissores de Cabo Verde para a moda internacional. Com contratos assinados com agências de Milão, Londres e Paris, os três jovens esperam o acalmar da covid-19 para se lançarem nas passarelas europeias.

Steve Lima - “Um talento nato”

Steve Lima, 19 anos, tem 1,87 m de altura e 60 kg. Está com contrato assinado para o mercado de Milão para se lançar na indústria internacional da moda. Considerado um rosto marcante, de carácter persistente e auto estima elevada, a agência que o representa em Cabo Verde, a Kedadus, considera Steve como uma futura referência da moda cabo-verdiana.

“Ele tem um talento nato, tem charme e um jeito ‘je ne sais quoi’, com ele tudo sai de forma natural e tem um futuro promissor”, aposta a agência do modelo, que já sonha com a capa da revista Vogue.

Leandra Andrade - “Todas as agências a adoram”

No mesmo caminho está Leandra Andrade. Com 17 anos já tem contratos internacionais com agências de Milão, Londres e Paris. Os seus 1,78 m de altura e 54 de peso e traços marcados a tem tornado disputada entre as agências nacionais e internacionais.

“Todas as agências lhe adoram pelo seu rosto exótico e personalidade forte. É inteligente e de bom carácter, essencial no mundo da moda”, descreve Kévin Daniel, manager e responsável pela Kedadus mgmt.

A modelo, natural da ilha do Sal, sonha estar entre as melhores na indústria da moda e espera, com a carreira internacional, ter a oportunidade de trabalhar com marcas conhecidas e abrir grandes desfiles à semelhança da ídolo Gisele Bündchen.

Rúben Silva - “Ele vai bombar”

Com um pé no mercado de Milão e Londres está também o manequim Rúben Silva, de 19 anos, da ilha da Boa Vista. Também disputado entre as agências europeias, a promessa é de sucesso internacional.

“As agências estão desejosas de o ter na Europa, pelo rosto diferente que tem, pela atitude e personalidade forte. Tem uma presença muito forte, tanto na passarela como na fotografia e um olhar único. Ele vai bombar”, acredita Kévin Daniel.

Com 1,89 m de altura e 70 Kg e características únicas, Rúben espera brilhar.

“Quero brilhar. Quero fazer com que o meu rosto seja visto por todo o mundo e, quem sabe, estar entre os melhores”, ambiciona o modelo.

Os modelos estão no momento a tratar da documentação para viajar e colocar os pés no mercado internacional da moda, seguindo os passos de Alécia Morais, Zuleica Neves, Anilton Cabral, entre vários outros cabo-verdianos de sucesso na moda internacional.

Contudo, como dizem, iniciam carreira com os “pés no chão” cientes dos males da profissão como a prostituição e o tráfico humano e com a ideia de que o sucesso só é alcançado com muito esforço e dedicação, o que não falta aos novos rostos da moda.

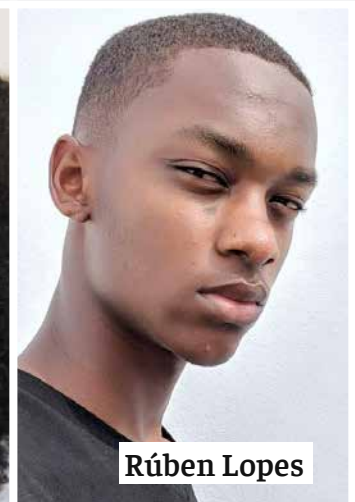
RL



Steve Lima



Leandra Andrade



Rúben Lopes

De rebeldia à Dj Xfraiss

Nascida em 1988, aos 16 anos Madelene perdeu o pai e foi esta a fase mais difícil da sua vida. Envolveu-se em más companhias e fez coisas erradas. Era rotulada de rebelde e vista como a adolescente terrível. Passou por muitos psicólogos em busca de auxílio, mas nenhum conseguiu ajudar. Com isso, ela acabou por abandonar os estudos no 9º ano de escolaridade.

Desde daí Madelene trabalhou com pintura, mecânica, como cabeleireira e em um clube noturno, onde ganhou o gosto pela música. Brincalhona e curiosa, ficava vigiando às escondidas enquanto os Djs tocavam. Nas horas de pouco ou nenhum movimento, Madelene aproveitava para mexer nos equipamentos e praticar, mesmo sem conhecer os meandros do ofício. Com o passar do tempo, quando os Djs faltavam ela era convidada a tocar.

Em 2018 surgiu a oportunidade de participar em um workshop para Djs femininos e ela foi selecionada, juntamente com a Dj Kelissa Melo, para fazer parte de um grupo que organiza e produz eventos. E foi no dia 5 de Maio do mesmo ano, entre a ansiedade e o nervosismo, que Madelene tocou pela primeira vez em um evento. Uma data, para ela, inesquecível. Desde então já participou de muitas festas em diversos locais.

Mesmo com acontecimentos que ajudaram Madelene a superar, foi em 2019, quando se tornou mãe de um menino que tudo mudou. A maternidade transformou a sua vida, onde foi preciso mais responsabilidade e fez-se a necessidade de pensar e viver por dois.

Hoje, com 23 anos, Madelene lamenta que muitos não acreditem na capacidade feminina para exercer o trabalho como Dj. Contudo, ela não tenciona desistir e pretende desenvolver projetos para mulheres que ambicionam seguir o mesmo caminho profissional. Comprar seus equipamentos, fazer as próprias músicas e ter uma casa são outros dos muitos projectos que Madelene tem em mente, mas, como a própria diz, o seu filho é e será, sempre, o seu maior projecto.

Nascida no Monte Sossego e criada na Ribeirinha, Madelene Romina da Luz Lima Dias, mais conhecida por Dj Xfraiss, um nome que ainda na adolescência, sempre gostou de desporto. Chegou a selecções de andebol e de basquetebol, no liceu, mas é como Dj que se sente realizada.

Suíla Soares



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Cabo Verde

O seu mediador de confiança



www.anacao.cv



[anacaocaboverde](https://www.facebook.com/anacaocaboverde)

#juntosnaprevenção #ficaemcasa

SOCIEDADE

Emigrante cabo-verdiano em Luxemburgo, empreendedor e “Chef” de Cozinha, sustenta ao A NAÇÃO “A arte de cozinhar molda os sentimentos com os sabores”

A NAÇÃO - Para começo de conversa: como foi parar ao Luxemburgo?

Entrou no Plano da Família, quando a minha esposa – filha de cabo-verdianos, nascida em França! -, começou a trabalhar para a LuxDev (Cooperação Luxemburguesa). Após três anos com a LuxDev, na cidade da Praia, ela encontrou uma nova oportunidade para continuar a trabalhar em ligação com Cabo Verde, com residência em Luxemburgo. Decidimos juntos, agarrar essa oportunidade.

Sempre esteve na sua agenda emigrar para o Grão-Ducado?

Esteve na nossa agenda, como outros países da Europa também estiveram. Mas, viemos para cá, pelo motivo apresentado atrás.

Como está a ser a integração/inserção?

Ao viver no centro do Luxemburgo, numa zona onde residem vários cabo-verdianos e onde ficam comércios e restaurantes a valorizar a nossa cultura, tive a oportunidade de conhecer e conviver com os nossos patrícios, frequentemente. A inserção e interação com esta fracção da nossa comunidade foi fácil...

...está no ponto da que sempre desejou?

Não! Não sinto aquela integração forte, que poderia justificar actividades culturais ou acções de “djunta mó”. A situação da pandemia de Covid-19 não ajuda neste sentido.

Entraves

Que ajudas concretas, as autoridades cabo-verdianas, designadamente: embaixada, consulado e associações podem ou deviam dar aos patrícios, no processo de integração na sociedade luxemburguesa?

As principais dificuldades que podemos encontrar em Luxemburgo e que podem necessitar de ajudas das autoridades cabo-verdianas ou associações aqui baseadas, são relacionadas com os processos de integração na socie-

Baptizado com o nome de Ercelino Júnior de Melo Semedo Fernandes, nasceu há 32 anos, em Nhagar, no Concelho de Santa Catarina (no interior de Santiago). “Aventuroso”, empreendedor e “Chef” de Cozinha, co-fundou e co-geriu com sua esposa, na Cidade da Praia – Capital de Cabo Verde -, uma “Boutique-Gourmet”, antes de rumar para Luxemburgo, Grão-Ducado da Europa que o acolhe desde Outubro de 2018. Com a “chegada” da Pandemia Global de Covid-19, foi “forçado” à reinvenção, criatividade e reconversão profissional, indo parar à construção civil, como modo de sobrevivência. Mas, onde a sua “alma e coração” estão mesmos, é na culinária. E diz o porquê: “A arte de cozinhar molda os sentimentos com os sabores”.

Alexandre Semedo



dade luxemburguesa...

Quais em concreto?

Desde a locação de uma imobiliária, até à educação dos filhos, passando pelo acesso a créditos, ou, ainda, a certos subsídios do Governo...

Avance exemplos...

Para se conseguir um alojamento, deve-se apresentar um contrato com duração indeterminada, com um vencimento de, pelo menos, três vezes à renda mensal, assim como dois a três meses de caução, além do primeiro mês de arrendamento.

Esta situação leva a que tenha que se mobilizar mais de sete mil euros, para um agregado familiar de três a quatro membros.

Neste quesito, em concreto, como entende que as autoridades cabo-verdianas poderiam ajudar?

Mesmo sendo um problema da sociedade em geral – do país de acolhimento! -, talvez, o serviço consular e as associações poderiam pôr à disposição uma lista de contacto de facilitadores ou pessoas de apoio, que poderiam aju-

dar nos processos acima referidos.

dar nos processos acima referidos.

Migração profissional

Empresário e “Chef” de Cozinha – aliás, uma actividade em que, também, deu cartas em Cabo Verde! -, com a chegada da pandemia global de Covid-19, foi “forçado” a usar a criatividade, a reinventar, driblar e a abraçar a construção civil, como maquinista. Como está a ser esta nova experiência?

Como se diz em bom crioulo: “é mas um carta kim n sa ta pô na manga”, embora se encontre longe da minha área de preferência e experiência.

De que mais está apreciando nesse ramo?

Poder usufruir das minhas facilidades em línguas, para interagir com colegas e prestadores de serviços, que falam, entre outras: o Inglês, o Francês, o Português e o Alemão.

Foi um “choque” – a ocupação/ofício de Maquinista! -, ou já tinha conhecimento e vivência de maquinista?

Não foi “um choque”, mas sim, um pouco difícil. A criação de uma nova rotina profissional não foi fácil, sobretudo, na época do Inverno. Mesmo assim, esta nova experiência está sendo desafiadora. É uma área que exige bastante rigor, novas condutas de segurança e muita cautela.

Os entendidos defendem que, em tempos de crises, os empreendedores devem ser disciplinados, resilientes e resistentes, focando num aprendizado constante, para poderem continuar com a cabeça “fora d’água”. Concorda?

Concordo plenamente! Em tempo de crise, sobretudo durante esta pandemia, há grande risco de se perder o foco, e não conseguir-se avançar com um determinado projecto. Para, realmente, fazer a diferença, devemos ser persistentes, com objectivos e prazos bem delimitados. Na minha avaliação, o caminho

e os meios para se atingir reais resultados, devem ser mais difundidos.

A arte de cozinhar...

Já agora: foquemos, mesmo que de raspão, na cozinha, aliás, o seu espaço predilecto, de coração e eleição. Para si, o que é cozinhar?

É transmitir o amor que eu sinto pela vida! Cozinhar é uma forma de cuidar das pessoas, ou seja, da família, dos amigos, dos clientes e de si mesmo. É, realmente, a minha área de coração. Quando estou cozinhando, não vejo o tempo passar. Cozinhar é uma arte; a arte de moldar os sentimentos com os sabores.

Está a dizer-nos que sente-se triste e com muitas saudades por estar afastado das suas criações gastronómicas?

Claro! Estou com muitas saudades das minhas criações gastronómicas. Sei que não sou, ainda, um “Chef” de renome, mas acredito que, em me dedicando profissionalmente na área da cozinha, vou poder subir de escalão e me destacar. Infelizmente, a situação da crise de Covid-19 está travando os meus planos.

Por que diz isso?

Tinha a previsão de realizar acções de formação durante os anos de 2020-2021 e, depois, lançar-me, novamente, na aventura empresarial, mas o contexto actual não está favorável. Agora, estou muito ansioso pela ideia de poder, de novo, colocar a mão na massa! Mesmo assim, durante todo o período de pandemia, não estou totalmente parado. Satisfaço, com regularidade, o prazer das papilas gustativas da minha esposa (risos).

Experiência “marcante”

Co-fundou, com a sua esposa, Neia Fernandes – que, também, já foi convidada do A NAÇÃO: Ver Edição nº701, de 04 de Fevereiro de 2021 -, e geriu a Loja-Boutique Gourmet “Nils Morabeza”, em Palmarejo, na Cidade da Praia – a Capital de Cabo Verde -, numa altura em que o turismo estava em ascensão. Tem saudades dessa expe-

riência?

A experiência com “Nils Morabeza” foi, realmente, marcante...

Em que sentido?

Foi a nossa primeira criação. Estou falando de criação, porque, além do lançamento formal da empresa, em Março de 2016, a “Boutique-Gourmet” foi o resultado de actividades artísticas e de concretização de parcerias inovadoras.

Com quem?

Com artesãos locais, com quem desenhamos e criamos todas as decorações, os equipamentos e as prateleiras.

O que mais lhe marcou?

A satisfação e o agradecimento dos nossos clientes. É um sentimento quase indescritível, ver e sentir a alegria do cliente, provando e degustando os nossos sabores.

“Herança” de mãe

Sempre sonhou ser cozinheiro?

Não. Não foi, realmente, um sonho de ser cozinheiro, mas uma herança.

Como assim?

A minha mãe, Maria de Fátima de Melo, é uma grande cozinheira. Conhecida na zona de Paiol (na Praia), nos anos 90/2000, ela continuou a aventura culinária em Lisboa (Portugal), e, agora, em Luxemburgo. Ela transmitiu-me essa paixão dos ingredientes e dos pratos bem preparados.

Uma curiosidade: lembra-se do primeiro prato que fez?

É um guisado de peixe e banana verde...

Como é feito?

É cozinhado na própria folha de bananeira, levado numa fornalha de pedras, tradicionalmente usada para a produção de grogue.

Como foram as avaliações?

Realmente boas. Quer seja da parte dos amigos e vizinhos, mas, principalmente do meu avô, que, realmente, apreciou a criatividade e o sabor único dessa invenção.

Diversificação

Cozinha em casa?

A minha cozinha, em casa, é o meu maior espaço para experimentar e inovar. Cozinho, em média, cinco dias nos sete da semana. E, em cada dia, é um prato diferente. Gosto de diversificar os ingredientes e inventar novas receitas. Entre pratos da nossa raiz como a Caldeirada de peixe ou a já global “Catchupa”, temos dias dedicadas aos sabores do Mundo, quais sejam: pratos africanos como o “Fufu” nigeriano, ou, ainda, pratos asiáticos como o “Sushi” japonês, ou, também europeus como o “Gratin dauphinois”, a “Piadina Santa Sofia”, entre diversos outros.

Come fora?

Comer em restaurantes fazia, também, parte da minha rotina, antes da pandemia. São lugares de inspiração, mas, também, onde eu posso confrontar certas convicções culinárias com outras realidades. Descobri algo, realmente surpreendente e saboroso nas minhas caminhadas gastronómicas.

Alguns exemplos?

Certas leguminosas como as lentilhas, o grão-de-bico e ou as ervilhas, substituem, ricamente, as carnes.

Quando sai, que tipo de Restaurante escolhe?

Geralmente, os restaurantes asiáticos. Sou um grande fã de pratos japoneses, chineses, tailandeses, indianos, coreanos, entre outros.

“Experimentação e questionamento”

A gastronomia cabo-verdiana, ainda tem algo de novo para oferecer?

Claro! Ela é muito mais rica do que costumamos mostrar ou mesmo provar.

Porquê?

A combinação dos sabores e ingredientes tradicionais, com recipientes e modo de cozimento diversificado, dão pratos novos. O uso de certos legumes ou ervas, actualmente negligenciados, revela novas receitas e eleva sabores que muitos poderiam apreciar ao provar.

De que está falando?

Estou falando, por exemplo, do “melão de São Caetano” (uma planta silvestre, em Cabo Verde), ou, ainda, da beringela. Tradicionalmente usada para remédio e “mèzinhas” para várias maleitas, a beringela é um legume muito nutritivo, que pode se usar para pratos no forno ou nas caldeiradas, ou, ainda, para pratos empanados. Sou um grande fã da beringela recheada. Temos um campo grande a explorar em Cabo Verde, na área da culinária. A inovação gastronómica passa pela experimentação e o questionamento frequente das tendências culinárias.

Legado de Covid-19

Enquanto empreendedor, que ensinamento e legado vai lhe deixar a Covid-19?

Uma das mais valiosas aprendizagens desse período inédito, é, para mim, enquanto empreendedor, que se deve investir em áreas prioritárias, ou seja: essenciais para a saúde e o bem-estar das pessoas. O sector da restauração é, nesse sentido, uma área-chave, embora esteja a sofrer muito com a pandemia. Até porque, é neste momento específico, que devemos reinventar formas de se alimentar e de nos abastecerem em produtos alimentícios e ou pratos já preparados. Assim sendo, a Covid-19 impulsionou novas reflexões sobre o que, realmente, faz sentido e deve-se manter como bases essenciais das nossas existências.

Presentemente, como é que se dá a sua ligação e contacto com Cabo Verde?

Infelizmente, desde o fim de 2018, tenho estado a ter uma ligação que eu qualificaria de superficial com Cabo Verde. Ou seja, não representativa do que eu tinha estado a cultivar até então.

Porquê?

Porque, os contactos telefónicos ou as comunicações através das redes sociais não traduzem reais sentimentos. Jamais podem substituir contactos presenciais. Na verdade, estou com muita saudade da família, dos amigos, de uma tarde de relaxamento...na praia.

Tem em agenda um regresso definitivo a Cabo Verde?

Sendo um aventureiro, ainda não tenho plano de regresso definido. Quero, ainda, explorar muitas partes do Mundo, antes de poder pensar nesse regresso. Por ora, vou continuar a cultivar a ligação com o berço e levar, mais tarde, possíveis investimentos para a terra, onde for a minha residência.

“Força” da Diáspora

É um dos co-fundadores da Plataforma “Easi2impact”, uma estrutura que se destina, principalmente, às diásporas. Valeu a pena essa “aventura”?

A “Easi2impact” nasceu da compreensão de que qualquer um de nós, em qualquer lugar que for, temos capacidade de transformar e impulsionar, positivamente, a vida de outras pessoas e o futuro de Cabo Verde, em particular. A diáspora cabo-Verdiana tem essa força. No entanto, muitas barreiras travam essa contribuição.

O que é a “Easi2impact”?

É uma estrutura de facilitação de conexões entre as diásporas e os países de origem, com um foco específico na diáspora cabo-Verdiana. A plataforma está, ainda, em fase de formalização.

Mesmo assim, a experiência valeu a pena?

Já está valendo. Acreditamos, realmente, na necessidade e na força de uma rede de contactos, que esteja firme e com fortes valores, tais como: a confiança e o equilíbrio. Os ganhos existentes são, por enquanto, incipientes e ligados aos laços de amizade e de confiança em curso de viabilização com potenciais parceiros e ou colaboradores.

A Conversa já vai longa, mas antes de a fecharmos, que mensagem deixa aos patrícos no arquipélago e na Diáspora?

Para que sejamos, cada vez mais, ambiciosos e com foco no que mais anima o nosso coração. Não podemos deixar de criar e crescer. Isto é, onde quer que esteja a nossa base, em Cabo Verde como nos diferentes países de acolhimento, enquanto emigrantes, jamais devemos desviar o nosso foco.



Arsénio Fermino de Pina

Exemplo de jornalista

Há onze anos publiquei, com o título acima indicado, um artigo sobre o grande jornalista tunisino Béchir Ben Yahmed (BBY), fundador da revista Jeune Afrique, em 1961, e da La Revue, pour l'intelligence, em 2006. Tive o desgosto de saber do seu falecimento, antes de ontem, com a idade de 93 anos, pouco após a publicação do número 93 da revista La Revue, de que tenho assinatura. Para celebrar o 60º aniversário da Jeune Afrique e o 15º de La Revue, um editor francês propôs publicar as memórias do fundador das duas revistas, que irão ser, seguramente, best seller para satisfação dos leitores do jornalista. Em homenagem a BBY, apresento-vos parte do que escrevi há onze anos.

[...]

O jornal Jeune Afrique (JA) comemora o seu 50º aniversário, uma proeza fantástica num jornal do Terceiro Mundo. Nascido na Tunísia, aí viveu sob outro nome e teve de emigrar para França por motivos, digamos, estratégicos. O seu ex-director e proprietário, Béchir Ben Yahmed, que já vai nas suas 82 primaveras, foi ministro da informação do Presidente Bourguiba, mas optou pelo jornalismo em vez da política. Quem faria isso entre nós? O contrário é mais frequente...

Encontrei-me com Jeune Afrique no Gabão, Janeiro de 1986, quando aí trabalhei no quadro da OMS, e desde então não mais larguei a revista pela qualidade dos seus jornalistas e artigos e relativa independência. Refiro-me ao jornal, bastas vezes, nos meus escritos, por me ter esclarecido sobre alguns problemas africanos e não só. O seu director de então – que já passou o testemunho a outro colaborador de longa data – conta um pouco da sua vida e história do jornal numa longa entrevista publicada no número de 24 de Outubro de 2010, de que me vou servir para algumas constatações e reflexões.

A JA serviu-me imenso para

actualizar o meu francês liceal, colher bibliografias de interesse aconselhadas e perder a inocência quanto à honestidade e militância de alguns governantes africanos, bem como do nacionalismo revolucionário da maioria dos intelectuais indígenas quase integralmente virados para a defesa dos seus interesses pessoais através dos de estrangeiros, miséria intelectual que já abordei noutros escritos, por vezes com rudeza – o amigo e colega Manuel Boal acusa-me de não ser indulgente – por terem deixado de merecer a minha caridade. Nas minhas andanças no continente africano (Gabão, Mali, Centrafrique, Guiné Conakry, Mauritânia, Senegal, Burkina Faso, Congo Brazaville e Costa do Marfim) nunca tive dificuldade em encontrar a revista à venda, o que não aconteceu em Cabo Verde e Lisboa onde tive de fazer assinatura.

Béchir aqueceu durante pouco tempo a cadeira ministerial na Tunísia, por se ter dado mal com a disciplina de partido único, em voga na altura em vários países do Terceiro Mundo, a qual (disciplina), como costume dizer, se confunde com obediência, que também abomino. Encontramos nos estatutos da Companhia de Jesus a expressão latina perinde ac cadaver para indicar uma obediência pronta, sem tergiversar, a que exige o poder pessoal e se insinuou no espírito dos cristãos como percevejo em prega de colchão. De resto, em democracia nunca poderá haver obediência, mas simplesmente acordo. Mesmo Bourguiba previu isso, conhecendo o carácter e temperamento do seu ministro. Béchir digeria mal o sistema de partido único e escreveu, no jornal que criou, um artigo crítico sobre o poder pessoal, que enfureceu o carismático Bourguiba. Dizia nesse artigo que a concentração do poder nas mãos de um homem, por mais iluminado, esclarecido e carismático que fosse, acabava

sempre por o transformar em ditador. Optou, portanto, por ser jornalista a ministro. Eu, por exemplo – salvando as devidas diferenças –, preferi continuar a ser técnico, pediatra com uma missão gigantesca mas motivante, a ministro da saúde após a bronca do Trotskismo, por me sentir muito mais útil e à vontade, na pele de médico, até para evitar ter de me zangar com amigos do peito, quando quisessem convencer-me a aceitar medidas vindas de riba sem discussão, e terem de correr comigo, ou eu sair de motu próprio e zangado, fazendo gorar todo o trabalho que vinha fazendo em benefício das nossas crianças e mães.

A sua rubrica semanal Ce que je crois (naquilo em que creio) e a posição de independência do jornal não enfeudado a nenhum país nem corporação, sem se aventurar a especulações viciosas ou não alicerçadas na realidade e verdade, criaram-lhe inimigos nas altas esferas governamentais, mas, ao mesmo tempo, conquistaram a simpatia e confiança das populações e organizações sérias. Alguns países proibiram a difusão do jornal (Guiné Conakry, até à morte de Sekou Touré, Marrocos, de Hassan II durante largos anos, Argélia, de Boumedienne, Costa do Marfim, de Houphouet Boigny, etc.) que causaram graves prejuízos ao jornal mas sem fazer vergar a sua orientação estribada na isenção.

Béchir Yahmed experimentou certa simpatia pelos islamistas no início, por não se moverem por dinheiro, que o rondavam com manifestações de simpatia e garantias de moderação. Foi o presidente da Tunísia, Ben Ali, quem lhe fez ver a malignidade desses movimentos e de Al Qaida, convencendo-o da hipocrisia dessa aparente moderação, dado que não há islamistas moderados: os que pretendem sê-lo são eliminados fisicamente, ou têm de viver no Ocidente, como pôde vir

a confirmar; é excepcional, um intelectual, teólogo ou homem de Estado muçulmano, vivendo em país muçulmano, condenar o fundamentalismo islâmico, não obstante se ouvir amiúde dizer que o Islão é uma religião de tolerância e paz. Relata nessa entrevista que o procuravam sempre em número de dois, como os comunistas: um vigia o outro, e, em caso de necessidade, um testemunho a favor ou contra o outro. É a mesma estratégia das seitas religiosas que tanto em Portugal como em Cabo Verde, andam em grupos de dois a angariar adeptos e a catar dízimos pelas vilas, cidades e arrabaldes, dizimando os de poucas posses que, por medo e acreditando na vingança divina aquando do Juízo Final, são obrigados a contribuir em detrimento da família. Recentemente deram-me a conhecer uma residência de um destes donos de seitas e pensei que se tratava de palácio de algum desses monarcas do petróleo do Golfo Pérsico.

O seu relacionamento com os dirigentes africanos sérios e democratas foi sempre óptimo; os ditadores odiavam-no, embora tenha sempre evitado desestabilizá-los ou irritar em demasia quando não havia gente válida para os substituir, como, por exemplo, Omar Bongo (por sinal o menos sanguinário dos ditadores), que tinha praticamente toda a oposição comprada, subornada, Paul Biya, que utiliza os mesmos processos e vive mais tempo na sua residência na Suíça, e o abominável presidente da Guiné Equatorial. Foi-lhe perguntado se não será tão criticável este último presidente como o do Koweit, dos Emiratos Árabes Unidos e outros regimes poupados pelos media e países ricos, dada a sua riqueza petrolífera e capacidade corruptiva. Acha que desde que o balanço seja mais positivo do que negativo não se deve ser excessivamente hostil, mas sem nunca se vender por nenhum dinheiro nem por favores.

O poder dos media é actualmente enorme, é mesmo um contrapoder e deve ser bem usado. Está ao lado, ou ao mesmo nível, do poder económico e das corporações profissionais e empresariais que ora ensombram, ora subordinam o poder político dos Estados

Embora toda os leitores louvem a independência de Jeune Afrique, esclarece não conhecer jornal inteiramente independente, nem tão-pouco países, por haver limites; a habilidade é conhecer e respeitar esses limites, assumindo certos compromissos que não comprometam a nossa honra e honestidade.

Não obstante ser tunisino e muçulmano, tem uma abordagem interessante da questão israelita por ser originário e ter vivido na infância e juventude numa ilha tunisina onde a população, judeus e uma pequena comunidade negra perfeita-

mente integrada, coabitava em harmonia e respeito mútuo. Os judeus eram pobres, mais pobres dos que os árabes, mas pacíficos e trabalhadores, o que o imunizou contra o racismo e o antisemitismo. Aquando da partida do Reino Unido, que administrava a Palestina sob o mandato das Nações Unidas, e da criação do Estado de Israel, estava a estudar em Paris; não se alvorçou como alguns colegas que quiseram alistar-se para lutar contra Israel; não achou que a terra atribuída aos judeus fosse usurpação destes, que a mereciam com respeito à história e pelo que sofreram na

Alemanha nazi. De resto, sabemos que, com a guerra que logo a seguir os países árabes vizinhos impuseram a Israel, muitas das terras a atribuir aos palestinianos, foram abocanhadas pelos invasores irmãos, mormente a Jordânia. Béchir não aprova, obviamente, o actual governo da extrema-direita israelita, nem os anteriores do mesmo tipo que se assemelham ao execrável antigo regime do Apartheid da África do Sul, e sabe que a grande maioria de judeus nada tem a ver com esses governos, é honrada e justa.

Bem, jornalistas como

Béchir Ben Yahmed não abundam, são mesmo raros nos tempos que correm, mas devem servir de exemplo a outros que abraçarem o jornalismo. O poder dos media é actualmente enorme, é mesmo um contrapoder e deve ser bem usado. Está ao lado, ou ao mesmo nível, do poder económico e das corporações profissionais e empresariais que ora ensombra, ora subordinam o poder político dos Estados. Os media, actualmente na quase totalidade privatizados e formando conglomerados, têm como vil missão fabricar cidadãos mal informados e conformistas, em fabri-

car consumidores obedientes e acríticos. As ideias impopulares podem ser silenciadas e os factos incómodos para os poderosos deixados na sombra ou branqueados, sem qualquer necessidade de proibição oficial. Bom seria se estivesse sempre do lado da verdade e respeitasse escrupulosamente a ética profissional em benefício da comunidade, da sociedade civil, e não de interesses menos curiais como vem acontecendo com muita frequência nos tempos que correm.

Parede/S.Vicente/Parede, 2010/2011/2021

Opinião

No quintal da mamã Inácia e do papá Bejami...



Dijanira Noemy dos Santos*

Trago partes da minha memória, daquilo que me deliciou no melhor

momento da vida: infância. Refiro somente às brincadeiras, que ainda, eu, a Djina, a Liana, a Loide, a Idiria, a Lenira e a Cleo recordamos com saudade e alegria: brincar de casinha. O espaço que utilizávamos era, talvez, o lugar onde mais gostávamos de estar: casa de mamã Inácia e papá Bejami, nossos avôs; nos cantos do quintal, escada ou terraço.

Lembro que tínhamos poucos brinquedos industrializados, mas o bom era como improvisávamos e ressignificávamos objetos para organizarmos a brincadeira. Saíamos à rua procurando papéis de drops [rebuçados] que seriam as notas, enquanto as tampinhas de

garrafas, depois de achatadas, as moedas. Isso porque alguém do grupo teria uma loja [mercadinho] onde venderia arroz (areia branca ou as minúsculas folhas das acácias), açúcar (areia preta), feijão (semente de sinbron), pão (semente de tâmaras), batata-doce (cacos de telha romana), mandioca (cacos de telha de cimento amianto) e bananas (faroba [vagem] verde e amarela das acácias). Eu e Liana levávamos algumas conchas do mar, que apanhávamos entre os materiais que nosso pai utilizava para fazer artesanato. Destas o “trivia monacha” era porco, o “turritella communis” o frango, os “bivaldes”, muitas vezes, serviam como pratos. Até hoje questionamos qual a associação daquela concha com o frango, mas

era o que a imaginação nos levava a criar. Sempre havia uma pexera, alguém que vendia peixe, ou melhor, o atum. É que uma de nós não queria desperdiçar a oportunidade de “pelos ruas” (ou de casa em casa) na venda, gritar: Es atun, atuuun... O atum era uma espécie de caule que crescia entre uma planta e a partir dele desabrochavam umas flores brancas, que em nossas mãos se tornavam cebolas. Das outras plantas do quintal, conforme a aparência utilizávamos como couve, folha de louro e malagueta. O ataque às plantas da mamã Inácia era feito à revelia da mesma; e na pequena oficina do papá Bejami procurávamos pedaços de gredja [serrinha], para servirem de facas, pois quem vendia atum tinha que merka [arru-

mar] e negociar o preço com quem comprava. As tampinhas de garrafas, quando não amassadas, serviam como pratos; mas minha tia Ada contou-nos que, quando criança, essas tampinhas eram fôrmas de bolo e os cacos de louça serviam como moeda. E por falar em bolo, este confeccionávamos de pápa-lama, ou seja, mistura de água e terra. Com três pedras fazíamos o fogão, e os gravetinhos, as lenhas. Por fim, recordo que cada uma escolhia um nominho [apelido] bem característico como Txutxuka, Djena, Léna...

*Excerto da dissertação de mestrado “Culturas infantis: crianças brincando na rua e em uma pré-escola na Cidade da Praia”



Marciano Moreira

Kriolus di bazi leksikal purtuges

Ensaio

Oji, N ta ben foka mas ditahadamenti na kriolus di bazi leksikal purtuges.

Na nha ensaio anterior, N foka na ki kriolu ku ki kriolu ta izisti nes planeta. Na altura, N fla ma, sigundu Ethnologue, idison di 2021, ta izisti 92 lingua kriolu na mundu. Etnologue ta agrupa-s na 16 grupu, dipendendu di ses bazis leksikal. Un di es 16 grupu e grupu di kriolus di bazi leksikal purtuges. I oji N ta ben foka mas ditahadamenti na es grupu li.

Inda sigundu Etnologue, ta izisti 13 kriolu di bazi leksikal purtuges. Investigadora Dulce Pereira ta agrupa kriolus di bazi leksikal purtuges na 5 subgrupu: kriolus afro-purtuges; kriolus indo-purtuges; kriolus malaio-purtuges; kriolus sino-purtuges; i kriolus luzo-amerikanu.

Di es 5 subgrupu, 2 subgrupu ten mas vitalidade: kriolus afro-purtuges (ki ten serka di 2 milyon di falantis) i kriolus luzo-

-amerikanu (ki ten serka di 300 mil falanti).

Kes otu 3 subgrupu sta en extinson.

Spesifikamenti, kriolus indo-purtuges ta papiadu atualmenti pa serka di 5 mil falanti esensialmenti idozus i nes zonas undi Purtugezis stevi: Goa, Diu, Damon i Srilanka. Inkluzivamenti, na un di kes lugar di India, ten un kriolu konxedu pa "lingua di bedjus".

Na zona di Malazia ku Indonezia, tenba alguns kriolu di bazi leksikal purtuges, mas dja es stingi o es sa ta stingi. Entri es, ta distaka kel di Malaka, na Malazia. Na miadus di 1º dekada di prizenti sekulu, el era papiadu pa serka di 2 mil i tal falanti.

Kriolus sino-purtuges e esensialmenti kriolu papiadu na Makau pa serka di 1000 falanti, esensialmenti idozus. Trokadu kel li, el tanbe sta en extinson.

Kriolus luzo-amerikanu e konstituidu atualmenti bazi-

kamenti pa kriolu di Surinan i kriolu di arquipelagu Antilhas Olandes (ABC).

Kriolu di Surinan ten stadu ta sofre un forti rileksifikason, istu e, ultimamenti el sta na prusesu di txeu substituison di leksiku di orijen purtuges pa leksiku di orijen di otus lingua, dizignadamenti ingles (trokadu kel li, na idison di 2021, Etnologue ta klasifikar komu kriolu di bazi leksikal ingles). Es kriolu ten serka di 25 mil falanti.

Interesanti e pa distaka ma Surinan ten bazikamenti mesmu numeru di abitantis ki Kabu Verdi, mas un diversidade di etniku, ki ta rizulta na diversus lingua, inkluidu varius lingua kriolu. Ti ki N papia di kriolu di Surinan, N sa ta limia "surinames" (tanbe konxedu pa sranantongo o sranan), ki e oji esensialmenti un lingua franku di serka di 70% di populason surinames. Fora purtuges ku ingles, es kriolu ten inda olan-

des ku linguas afrikanu komu linguas leksifikador.

Kriolu di Aruba ku Bonairi ku Korason e konxedu pa papiamentu. El ten grandi vitalidade, inkluzivamenti el e lingua ofisial na Aruba, Bonairi i Korason. Papiamentu ten mas di 260 mil utenti. Es kriolu tanbe ten stadu ta sofre rileksifikason, istu e, ultimamenti el sta na prusesu di substituison di leksiku di orijen purtuges (o kabuverdianu) pa leksiku di orijen spanhol i olandes. Trokadu kel li, na idison di 2021 di Etnologue, papiamentu sta klasifikadu komu kriolu di bazi leksikal iberiku (istu e, purtuges ku spanhol).

Fontis: <https://tinyurl.com/y7rjyqyn> ku <https://tinyurl.com/34w7dc6p> ku <https://tinyurl.com/5etn4sxb>

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/05/2021	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
26/04/2021	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
04/05/2021	Operação Monetária de Financiamento (3 Anos)	0,7500
05/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
07/05/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
13/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
17/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
05/04/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
08/04/2021	Obrigações do Tesouro 7 anos	3,0625
14/04/2021	Obrigações do Tesouro 9 anos	3,0625
23/04/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
04/05/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
07/05/2021	Bilhetes do Tesouro 360 anos	1,0000
13/05/2021	Obrigações do Tesouro 10 anos	3,0625

Taxas de Câmbio de 18-05-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	90,704	90,906
INGLATERRA	GBP	1	127,744	128,047
CANADÁ	CAD	1	74,838	74,979
SUIÇA	CHF	100	10 063,475	10 076,251
JAPÃO	JPY	100	83,093	83,220
DINAMARCA	DKK	100	1 481,449	1 484,138
NORUEGA	NOK	100	1 094,021	1 096,711
SUÉCIA	SEK	100	1 084,370	1 087,227
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,307	6,509
CHINA	CNY	100	1 409,570	1 409,570
BRASIL	BRL	1	17,131	17,131
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Lombo Porco Assado com Ananás

Ingredientes

- 1 lombo de porco; pó q.b.;
- 6 rodelas de ananás - azeite e vinho branco (conserva); q.b. (cerca de 2 dl cada);
- sal, pimenta, alho em - cebola às rodelas finas;

Modo de preparação

- 1- Começar por temperar o lombo com sal pimenta e alho em pó, misturando-os e esfregar o lombo com este preparado.
- 2- Num tabuleiro de ir ao forno colocar no fundo a cebola às rodelas finas um pouco de azeite e o vinho branco, por cima colocar o lombo e regar com mais um pouco de azeite.
- 3- Levar ao forno a 180° durante 30 minutos. Entretanto fritar (ou cozer) batatas aos quartos, temperar com sal, pimenta e colorau, reservar.
- 4- Retirar o lombo para fora e cortar

- ligeiramente sem ir completamente ao fundo em fatias grossas e colocar dentro metades de ananás, colocar mais umas rodelas por cima e juntar as batatas reservadas e levar novamente ao forno até a carne estar assada e as batatas douradas.
- 5- Enquanto isso ir regando com o molho que se forma.
 - 6- Servir com uma salada a gosto.
 - 7- De preferência uma salada de ananás, pêsego e laranja.

Fonte: receitas-aprovadastita.blogspot.com



Caça-palavras



Encontre o nome dos dez países maiores produtores de petróleo em África

SOLUÇÕES:

SUDÃO
CHADE
GABÃO
GANA
REPÚBLICA DO CONGO
EGITO
ARGÉLIA
LÍBIA
ANGOLA
NIGÉRIA

Anedotas

Palestra contra o álcool

Um bêbado é abordado pela polícia às três horas da manhã. Pergunta o policia:

- Onde é que você vai a esta hora?

Responde o bêbado:

- Vou a uma palestra sobre o abuso do álcool e seus efeitos letais para o organismo, o mau exemplo para os filhos, as consequências nefastas para a família, bem como o problema que causa na economia familiar, além de ser uma irresponsabilidade absoluta.

O policia surpreso, diz:

- A sério?! E quem vai dar essa palestra a esta hora da madrugada?

Responde o bêbado:

- A minha mulher assim que chegar a casa...

Talento

Príncipe Humorista é um grupo de teatro composto por 13 jovens da Achada Tossa, no concelho de Santa Catarina. Criado em 2018, a trupe já tem mais de uma dezena de peças de teatro gravadas e publicadas nas plataformas digitais, sobretudo youtube.

Em conversa com A NAÇÃO, Manuel Gandy Furtado conta que Príncipe Humorista nasceu da iniciativa e força de vontade de um grupo de jovens dinâmicos que faziam diversas actividades culturais e recreativas na zona. "Dentro desse grupo começamos com a música, dan-

ça e teatro. Na música alguns jovens talento já gravaram as suas músicas e estão a seguir o seu próprio caminho. A nível da dança neste momento o grupo está parado porque vários elementos viajaram para Portugal para seguir estudos. O teatro mantém forte uma vez que entram novos elementos. E apesar das muitas dificuldades financeiras e falta de equipamentos conseguimos lançar alguns trabalhos em 2020, sobretudo período de quarentena", explica.

"Flado Flado, Emigrante na CV, Nós Identidade e Francisco são algumas pe-

ças já produzidas pelos esses jovens que estão os primeiros passos no teatro. "Gandy" assegura que o grupo procura sempre retratar os hábitos culturais antigos de Cabo Verde e realidade actual, particularmente do interior de Santiago. O porta-voz do grupo confessa que neste momento grupo está com dificuldades em gravar novas peça porque perdeu a sua câmara de gravação. "O nosso sonho é levar um pouco de alegria para toda gente e fazer todos os cabo-verdianos conhecer o nosso trabalho. E queremos também ter formação na área do teatro", conclui.



AGENDA CULTURAL

Museus de portas abertas em Maio

A coordenadora dos museus, Ana Samira Silva, avança que estão previstas visitas guiadas aos museus da Tabanca e da Arqueologia, lançamento de um projecto memória no museu etnográfico da Praia e a participação de Cabo Verde num 'webinar' internacional sobre os desafios e oportunidades dos museus em tempos de pandemia.

Ainda no decorrer deste mês, serão realizadas exposições temporárias no Museu da Tabanca e na Escola Secundária Alfredo Silva, em Santa Cruz, encontro de reflexão com os grupos de tabanca no contexto de crise e acção de formação sobre a importância dos museus para o desenvolvimento sustentável no muni-

O Instituto do Património Cultural (IPC) promove durante todo este mês de Maio um vasto programa em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, assinalado a 18 de Maio. Sob o lema "O futuro dos museus: recuperar e reimaginar", as actividades iniciaram com a apresentação da live "O inventário como base para a salvaguarda do acervo. O caso do Museu de Arqueologia".

A Redacção



cípio de Santa Cruz.

A realização de várias actividades para assinalar a data, segundo aquela responsável, visa chamar a atenção das comunidades sobre o papel e a importância dos museus e fortalecer o contexto museológico nacional.

O Dia Internacional dos Museus, 18 de Maio, foi criado em 1977, através da iniciativa do ICOM – Conselho Internacional de Museus, um organismo que integra a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O objectivo é incentivar a população ao hábito de visitar e apreciar os museus, seja de arte moderna, clássica ou contemporânea.

Acontece

- ▶ - Nicla Amado, Palinh Vieira e Tidey Carvalho no Quintal da Música, Avenida Amílcar Cabral, Platô, quinta-feira, 20, às 20h30.



- ▶ - Mostra de Pinturas "Mundu di Sonhus" de Simone Spencer, no Centro Cultural do Mindelo, até sexta-feira, 28 de Maio.

- ▶ - Exposição de Artesanato com Júlio Garcia, no Centro de Artes e Cultura, Sal Rei, Boavista, terça-feira, 04 de Maio a sexta, 21, das 09h00 às 19h00.



- ▶ - Música com Mário Lúcio e Orquestra Clássica do Centro, no Mosteiro de Santa Clara, Rua de São Bento 640, Lisboa, sábado, 22, às 19h30.



- ▶ - Tidy Rodrigues, Edson Brito, Adão Brito e Jorge Pimpa no Quintal da Música, sábado, 22, às 20h30.



Aconteceu...



- ▶ - Bejamindelo - concerto Cantata Mãe Maria, no Centro Cultural do Mindelo, sábado, 15 de Maio.

PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H.Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

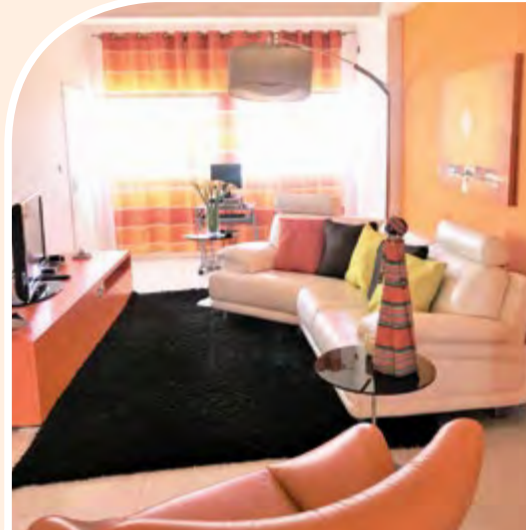
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



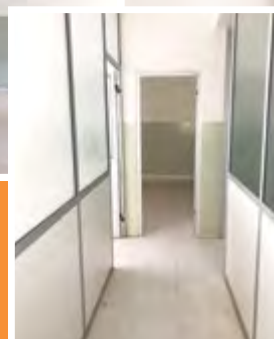
VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAR-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAR-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



ANÚNCIO

Consulta Pública sobre o Regulamento do Registo e Ativação do Cartão SIM

A Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME vem por esta via informar que encontra-se em curso, por um período de 30 (trinta) dias de calendário, a partir de 26 de abril de 2021, a Consulta Pública sobre Regulamento do Registo e Ativação do Cartão SIM.

O referido documento encontra-se disponível no website da ARME www.arme.cv.

Neste sentido, a ARME convida o público em geral a participar na referida Consulta Pública e solicita o envio das contribuições e/ou comentários para o endereço eletrónico consulta_registocartaosim@arme.cv, sem prejuízo do envio pelas vias tradicionais - correio ou pessoalmente, para o seguinte endereço:

Agência Reguladora Multissetorial da Economia – ARME

Avenida da China, Edifício Cartório/ARME, 5º piso
C.P. n.º 892 | Praia – ilha de Santiago | Cabo Verde

Praia, 26 de abril de 2021



/ Isaias Barreto da Rosa, PhD /
Presidente do Conselho de Administração



ANÚNCIO DE CONCURSO

O Escritório da Representação da Organização Mundial da Saúde em Cabo Verde e o Ministério da Saúde e Segurança Social pretendem recrutar um consultor para:

- i) AVALIAÇÃO DO PEDRHS 2015-2020
- ii) ELABORAÇÃO DE UM NOVO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DE SAÚDE 2021-2025

Tipo de contrato: Contrato prestação de serviço.

Apresentação de candidaturas: até as 16h00 do dia 31 de maio de 2021;

Duração da consultoria: 90 dias de trabalho.

Início previsto dos trabalhos: junho de 2021.

Perfil do consultor:

- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, Psicologia Organizacional e áreas afins;
- Mestrado nas áreas de Gestão de Recursos Humanos, Economia e Gestão de Saúde, Gestão Hospital e áreas afins;
- Experiência profissional de pelo menos 5 anos nas áreas supracitadas;
- Experiência comprovada em matéria de avaliação e elaboração de planos estratégicos na área de saúde;
- Ter algum conhecimento do Sistema Nacional de Saúde de Cabo Verde;
- Capacidade de organização, trabalho em equipa e cumprimento de prazo, comunicação;
- Boa capacidade de comunicação, análise e síntese;
- Abertura para acolher sugestões e diferentes pontos de vista;
- Nacionalidade cabo-verdiana preferencialmente;
- Domínio oral e escrita da língua portuguesa;
- Disponibilidade imediata.

Os Termos de Referência poderão ser solicitados através do seguinte correio eletrónico: afwcoecv@who.int;

As candidaturas deverão ser enviadas pelo correio eletrónico até às 16h00 do dia 31 de maio de 2021

Somente as candidaturas pré-selecionadas serão contactadas.



Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“HOTEL ÁGUA LUXURY”

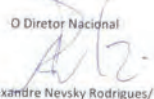
ILHA DA BOAVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “HOTEL ÁGUA LUXURY” - ILHA DA BOAVISTA do proponente LH – Turística Sociedade Unipessoal para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 12 de maio a 22 de junho nos seguintes locais:

- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente na Boavista

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 10 de maio de 2021



O Diretor Nacional
/Alexandre Nevsky Rodrigues/



República de Cabo Verde
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BOA VISTA
Cidade de Sal-Rei - Apartado 36/Telefone 2511123/5162331)

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos: Ação Especial de Divórcio Litigioso, registados sob o nº 28/2021.

Autor: Victor Manuel Oliveira de Barros, casado, natural da ilha de São Vicente, residente na Cidade de Sal-Rei, Riba d'Olte, ilha da Boavista.

Ré: Birgite Marianne Bohn, maior, casada, de nacionalidade alemã, residente em parte incerta de Alemanha.

FAZ-SE SABER, que nos autos e Tribunal acima indicados, é a Ré citada para contestar, querendo a presente ação no prazo de **DEZ (10) DIAS**, que começa a contar findo a dilatação de **TRINTA (30) DIAS**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, cujo (s) pedido (s) consiste (m) em:

“Ser a ação julgada procedente, porque provada e em consequência ser decretado o divórcio litigioso entre o Autor e a Ré, e ainda ser a Ré condenada em custas, procuradoria e demais encargos legais.”

Mais ainda, fica advertido de que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo autor e que **caso contestar**, com o articulado da contestação, deverá oferecer os documentos de prova, arrolar testemunhas que não podem ser superior a oito (08) e requerer quaisquer outras diligências de prova; que é obrigatória a constituição de advogado nessa ação e que **deverá**, no prazo de CINCO DIAS, a contar da apre-

sentação da contestação, efetuar o pagamento do preparo inicial e que não o fazendo, será notificada para pagar o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância; que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva; que pode requerer ao Tribunal, o benefício da Assistência Judiciária, devendo este ser autónomo e que poderá fazê-lo diretamente na Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV), sito na Cidade da Praia ou à sua Delegação de Barlavento, sito na Cidade do Mindelo, solicitando a designação de um tronco, juntando desde logo os elementos comprovativos das suas insuficiências económicas, e que o duplicado da petição inicial encontra-se na secretaria judicial deste Tribunal para lhe ser entregue logo que solicitado a ainda que poderá em qualquer altura do processo acordar com a parte contrária no divórcio por mútuo consentimento.

Para constar se passou o presente que seja legalmente publicado.

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca da Boavista, a 10 de maio de 2021.



A Oficial de Justiça
/Laisane Lutz/



ANÚNCIO

Concurso Público Internacional
Nº 02/UGA/INIDA/2021

“APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE FORNECIMENTO DO PARASITOIDE TRICHOGRAMMA PRETIOSUM”

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

País: República de Cabo Verde – Ilha de Santiago

Maio de 2021

1. Entidade Contratante

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), sito em São Jorge dos Órgãos, município de São Lourenço dos Órgãos, Tel.: (+238) 2711127, correio eletrónico: inida.maa@gov.cv, por este Anúncio, faz saber que se encontra aberto, a partir da data da publicação do presente anúncio, o **Concurso Público Internacional** para apresentação de uma proposta de fornecimento do parasitoide (*Trichogramma pretiosum*) para o combate, principalmente, da praga lagarta-do-cartucho-do-milho.

2. Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar e a decisão de aprovação da despesa foram adotadas pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), no uso das competências, administrativa e financeira, conferidas pelo Estatuto do INIDA, publicado em 20 de junho de 2018.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento

Unidade de Gestão de Aquisições do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (UGA-INIDA), sito em São Jorge dos Órgãos, Telefone: (+238) 2711127, CP - 84, E-mails: inida.maa@inida.gov.cv, nora.silva@gov.cv, lurdes.m.pinto@inida.gov.cv ou aleida.c.fonseca@inida.gov.cv.

4. Financiamento

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo INIDA.

5. Objeto do Concurso

O presente Procedimento tem por objeto a seleção de uma empresa para a celebração de um contrato de fornecimento do parasitoide *Trichogramma pretiosum*, que é um inimigo natural, agente de controlo biológico utilizado, principalmente, no controlo da praga lagarta-do-cartucho-do-milho (*Spodoptera frugiperda*).

6. Local da execução do contrato

O local de execução do contrato será nas instalações do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), ilha de Santiago – República de Cabo Verde.

7. Prazo de execução do contrato

O contrato vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

8. Obtenção dos documentos do concurso

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos junto da UGA- INIDA, na morada indicada no ponto 3, entre as 8:00 horas e às 15:00 horas, de 2ª a 6ª feira a partir da data do anúncio e estarão também disponíveis para downloads no site (<https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>).

9. Requisitos de admissão

9.1 Podem ser admitidos todos os interessados que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70.º] do Código da Contratação Pública.

9.2 Só podem ser admitidos os concorrentes que tenham experiência na execução de prestações similares às do contrato, nomeadamente no fornecimento de inimigos naturais, objeto do presente procedimento.

9.3 Para efeitos de qualificação, os Concorrentes candidatos deverão preencher os seguintes requisitos:

(a) Capacidade Técnica:

- (i) Lista dos principais fornecimentos dos últimos três anos.
- (ii) Certificado emitido que comprova a competência reconhecida da empresa produtora e que ateste a qualidade e a conformidade do produto (*Trichogramma*), mediante referência a certas especificações ou normas.

(b) Capacidade Financeira:

Declaração do volume de negócios dos últimos três anos.

9.4 O preenchimento dos requisitos mínimos das capacidades técnica e/ou financeira será comprovado pela avaliação dos documentos acima referidos.

10. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes, nas condições definidas no Caderno de Encargos.

11. Prazo e Modo de apresentação das propostas

11.1 As Propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues diretamente na morada indicada no ponto 3, enviadas por correio registado ou ainda via correio eletrónico das 8:30 horas até às 15:00 horas do **dia 2 de junho de 2021**, em envelope opaco, fechado e lacrado, no qual deve ser inscrito “**Fornecimento do parasitoide *Trichogramma pretiosum***”, indicando o nome ou denominação social do concorrente e nome da Entidade Contratante.

11.2 Não são consideradas as Propostas que chegarem depois de expirado o prazo, sendo os Concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verificarem.

11.3 Se os elementos referidos no ponto anterior forem remetidos por correio, o Concorrente é o único responsável pelos atrasos eventualmente ocorridos, não sendo considerados tempestivamente apresentada a Proposta ou os documentos que a acompanham, recebidos depois da data e hora limites referidas no ponto 11.1, ainda que o invólucro correspondente tenha sido expedido anteriormente.

11.4 No caso de propostas enviadas por correio eletrónico, o ato público de abertura das propostas online, nos termos do artigo 120º do CCP, será realizado por vídeo conferência, sendo que as propostas devem:

11.5 Ser enviadas encriptadas de forma a que se garanta a confidencialidade das mesmas, conforme previsto no artigo 21º do CCP.

11.6 A receção não seja acompanhada da chave de descriptação;

11.7 A chave de descriptação seja recebida durante o ato público online.

12. Língua de apresentação das propostas e de comunicação

12.1 As propostas bem como os documentos que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa, que será igualmente utilizada para comunicação formal de e para a Entidade Contratante.

12.2 Quando pela sua natureza ou origem, os documentos para qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

13. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias, a contar da data do término do prazo fixado para apresentação da proposta.

14. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, sendo que serão levados em causa os seguintes fatores: preço e prazo de entrega.

15. Ato público

O ato público de abertura das propostas terá lugar a 3 de junho 2021 pelas 10:00 horas na sala de Reuniões do INIDA em São Jorge dos Órgãos, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

16. Negociação

Não há lugar a negociação.

17. Identificação do autor do anúncio

Unidade de Gestão de Aquisições do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (UGA-INIDA).

18. Lei aplicável ao procedimento

Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, Decreto-lei n.º 50/2015 de 23 de setembro, e a Lei n.º 88/VIII/2015- Código da Contratação Pública.

Data do envio do anúncio

Cidade da Praia, aos 03 de maio de 2021



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS NACIONAIS (SEMAC-EN) NA ILHA DE SÃO VICENTE

Concurso Público Nacional N° O-SV-04/2021

Anúncio

Praia, Maio de 2021

Anúncio de Concurso Público Nacional O-SV-04/2021

1. A Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional para a execução da seguinte empreitada:

Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais (SEMAC-EN), na Ilha de São Vicente.

2. Os Serviços de Manutenção Corrente devem ser assegurados a partir da data do início do contrato e por um período de **dois (2) anos**, para as seguintes **Estradas Nacionais**:

Estradas	Início	Fim	Extensão (Km)
EN1-SV-01	Mindelo	Aeroporto Cesária Évora	10,720
EN2-SV-01	Mindelo	Baía das Gatas	9,850
EN2-SV-02	Mindelo	Calhau	16,180
EN3-SV-01	Aeroporto Cesária Évora	São Pedro	1,841
EN3-SV-02	Entroncamento EN2-SV-01	Salamansa	1,660
EN3-SV-03	Entroncamento EN2-SV-01	Monte Verde	2,000
EN3-SV-04	Galé (Entroncamento EN1-SV-01)	Morro Branco	1,80
EN3-SV-05	Calhau	Norte de Baía	9,00
ER-SV-01	Lameirão (Entroncamento EN2-SV-01)	Selada de Baía	5,519
TOTAL			58,57

3. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com Alvará de 4ª Classe ou superior – da 2ª Categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).
4. Para submissão das Propostas cada Concorrente tem de adquirir o Dossier de Concurso.
5. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **21 de maio de 2021 em formato digital**, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **30.000\$00 (trinta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade da ECV, E.P.E.

6. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.
7. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre **21 de maio e 01 de Junho de 2021**. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **13 de Junho de 2021**.
8. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde, E.P.E., até às **10:00 horas do dia 25 de Junho de 2021**, em invólucro fechado, em um exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital.
9. O **Ato público de abertura** das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no **dia 25 de Junho de 2021 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.
10. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq.
CP 343 –A
Palmarejo – Praia
República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Fax: (+238) 262 99 49
Email: antoniom.tavares@mioth.gov.cv;
Com conhecimento: nidia.morais@mioth.gov.cv
Jair.Rodrigues@mioth.gov.cv
Jose.h.Varela@mioth.gov.cv
Período de funcionamento: 9:00 h – 17:00 h.

O Presidente do Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
Juízo Cível

= ANÚNCIO =
REG. Nº38 /JP/TJCSF/2019/20

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 268/2018, movido pela autora FRANCISCA RUFINO MONTEIRO VEIGA, maior de idade, residente e emigrante nos EUA mandatário judicial constituído Dr. NILTON NUNES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS INTERESSADOS INCERTOS, são citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS**, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA - “Um lote de terreno, sito em Xaguete, destinada a construção urbana, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, designado como Lote nº 54, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Terreno Baldio, Este com Lote nº 53 e Oeste com Lote nº 55, com uma área de 140 metros quadrados”.

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, sob pena de cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual montante, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 13 de julho de 2020.

O Juiz de Direito
Paulo Jorge Santos Aires

O Ajudante Escrivão
José Pires

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL Nº 25/TJCSF/2021

«****0****»

Dr. PAULO AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:

PROCESSO: **Acção Ordinária**. NÚMERO DO PROCESSO: 198/2020.
AUTORES: Henrique Mendes e Maria de Pina Mendes.

ORDENA A CITAÇÃO DE:

RÉUS: **Herdeiros Legitimários de Felisberta Andrade e Adelino do Canto**, nomeadamente, **Manuel Andrade do Canto, Natálio Rodrigues do Canto, Isabel Rodrigues do Canto, João Domingos Rodrigues do Canto, António Celestino do Canto, Maria Jesus do Canto e Adriano Andrade do Canto**, todos maiores de idade, operários, naturais da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residentes em parte **Incerta dos Estados Unidos de América**, com última residência conhecida em São Lourenço.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

- a) De que dispõem do prazo de **VINTE DIAS**, depois da finda dilação de **TRINTA DIAS** a contar da data de afixação deste edital, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelos autores supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que se encontra a disposição na Secretaria deste Tribunal, advertindo-se-lhe de que a falta de contestação **importa** a confissão dos factos alegados pelos autores;
- b) De que toda a sua defesa **deve ser deduzida** na contestação (art. 449º do CPC)
- c) De que **é obrigatória** a constituição de advogado;
- d) De que, caso contestarem a Acção, deverão pagar o preparo inicial no montante de **10.000\$00**, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, sob pena de efetuá-lo acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (artºs. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertido de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva;
- e) De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e.
- f) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o Benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de **DOIS DIAS úteis**, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. 2619755/56.-Fax: (238)2619754-C.P. 782 - Rua Serpa Pinto, nº 9,3º Piso - Plateau. E- mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.
Secretaria do Juiz Cível da Tribunal de São Filipe, 28 de abril de 2021.

Secretaria do Juiz Cível da Tribunal de São Filipe, 28 de abril de 2021.

O Juiz de Direito
Paulo Jorge Santos Aires

O Escrivão de Direito
Filipe Andrade

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)2813386 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



Ministério da Justiça e
Trabalho

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narativamente, para efeito de segunda publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia sete de Maio de dois mil e vinte e um, a folhas setenta e oito do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta sete foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Daniel António Ferreira Silva Nascimento**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia nove de Agosto do ano dois mil e vinte, faleceu no Hospital Miriam Providence **Daniel António Ferreira Silva Nascimento**, divorciado, que foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Estados Unidos Da América. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, não deixou descendentes e só deixou como única herdeira a sua mãe (pois o pai já é falecido): - **a) Fidélia Ferreira Santos Silva**, divorciada, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Estados Unidos da América;

Que não há quem possa concorrer com a indicada herdeira à sucessão do identificado **Daniel António Ferreira Silva Nascimento**.

niel António Ferreira Silva Nascimento.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto – lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado.

Está Conforme.
Cartório Notarial da Boa Vista, ao 10 dia do mês de Maio de 2021.
Art.º 20º,4.2:----- 1.000\$00.
Selo;-----200\$00.
Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Lote nº 275670

A Notária,
Isabel Maria Gomes da Veiga

Isabel Maria Gomes da Veiga

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia seis de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **quarenta e dois a quarenta e quatro**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Manuel Monteiro da Veiga**, casado com Maria de Fátima Lima da Veiga, sob regime de comunhão de adquiridos, contribuinte fiscal número um dois cinco oito quatro um quatro dois seis, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residentes em Palmarejo, Praia, declara ser **herdeiro testamentário de Ida dos Reis Borges Semedo**, falecida no ano de dois mil e onze, conforme testamento público e escritura pública de habilitação de herdeiros outorgados no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, nos dias treze de dezembro de mil novecentos e oitenta e três e onze de abril de dois mil e treze, às folhas 16vº a 17 do livro de testamentos número 2/A; e folhas 48 a 50 do livro número 148/C, e por conseguinte, dono e legítimo possuidor com exclusão de outrem, dos seguintes prédios, inscritos na matriz predial da freguesia de Santa Catarina e omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia:

1. Prédio urbano, construído de pedra e cimento, coberto de betão armado, composto por uma varanda, um corredor, duas cozinhas, uma casa de banho, uma despensa, uma arrecadação e dois quintais, com área de **duzentos e noventa e dois vírgula dezanove metros quadrados**, situado nesta cidade de Assomada, confrontando do Norte com Manuel Monteiro da Veiga, Sul com Maria Tavares, Este com Via Pública e Oeste com Terminal Rodoviário, inscrito na matriz predial sob o número **897/0**, com o valor matricial de **um milhão, seiscentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e cinco escudos**.

2. Prédio rústico para construção, situado no centro desta cidade de Assomada, com a área de **duzentos e quarenta e três vírgula oitenta e sete metros quadrados**, confrontando do Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação Norte com Antiga Padaria, Sul com Manuel Monteiro da Veiga, Este com Via Pública e Oeste com Terminal Rodoviário, inscrito na matriz predial sob o número **96010/0**, com o valor matricial de oitocentos e noventa mil quatrocentos e quarenta escudos.

Que os ditos prédios foram adquiridos pelos falecidos **Maximiliano da Veiga Semedo e Ida dos Reis Borges Semedo**, por compra feita a **Sérgio Barbosa Mendes e filhos**, pelo preço de dois mil e quinhentos escudos, no ano de mil novecentos e sessenta e quatro, que entretanto, no ano de mil novecentos e setenta e três faleceu Maximiliano da Veiga Semedo, tendo deixado os prédios, por testamento, a sua esposa Ida dos Reis Borges Semedo, entretanto, esta veio a falecer no ano de dois mil e onze, tendo deixado os mesmos prédios, por testamento a favor do justificante.

Que o justificante adquiriu e tem mantido a sua posse, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo... 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta no_1582/2021



A Notária, p./s.
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 9655489 / Voip Notária: 333 6932; Secretária: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv

Este espaço é para o seu **pequeno anúncio!**

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos: Ação Especial de Despejo nº 09/2021.

Autor: Virgínio Fortes Pires, casado, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boavista, residente na cidade de Sal-Rei, ilha da Boavista.

Réu: Mor Sene, cidadão de nacionalidade senegalesa, comerciante, residente em parte incerta.

FAZ-SE SABER, que nos autos e Tribunal acima indicados, é o Réu citado para contestar, querendo a presente ação no prazo de **CINCO (05) DIAS**, que começa a contar findo a dilação de **TRINTA (30) DIAS**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, cujo (s) pedido (s) consiste (m) em:

“Ser a ação julgada procedente, por provada, decretado a resolução do contrato de arrendamento, celebrado entre o Autor e o réu, em consequência, ser decretado o respetivo despejo, condenando o Réu a restituir o imóvel imediatamente ao autor, livre de pessoas e bens e no mesmo estado em que o recebera do autor e, ainda, que seja condenado o Réu a pagar ao Autor a quantia de 144.000\$00 (cento e quarenta e quatro mil escudos), correspondente às rendas vencidas e não pagas, referente aos meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2020 e de Janeiro e Fevereiro de 2021, assim como as rendas vincendas até à efetiva entrega do imóvel, acrescido de juros de mora e procuradoria condigna e as custas processuais.”

Mais ainda, fica advertido **de que a falta** de contestação importa a confissão dos factos articulados pelo Autor e que **caso contestar**, com o articulado da contestação deverá oferecer os meios de prova, **deverá**, no prazo de CINCO DIAS, a contar da apresentação da contestação, efetuar o pagamento do preparo inicial e que não o fazendo, será notificado para pagar o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância; que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva; que é **obrigatória** a constituição de advogado nessa ação e que pode requerer ao Tribunal, o benefício da Assistência Judiciária, devendo este ser autónomo e que poderá fazê-lo diretamente na Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV), sito na Cidade da Praia ou à sua Delegação de Barlavento, sito na Cidade do Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos das sua insuficiência económica, e que o duplicado da petição inicial encontra-se na secretaria judicial deste Tribunal para lhe ser entregue logo que solicitado.

Para constar se passou o presente que seja legalmente publicado.

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca da Boavista, ao 06 de abril de 2021.



O Juiz de Direito
/ Djef. Rui Pedro Novais
A Oficial de Justiça
/ Assomada, Lda

ANÚNCIO Nº13 20/21

Dr.ª Ruth Helena Barros Lima Santos, Juiz de Direito do Tribunal Judicial do Tarrafal;

**

Faz saber que pelo cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos os autos de **Ação Ordinária Investigação de Paternidade nº 25/20/21**, em que são autoras Palmira Lopes, Leandra Lopes e Madalena Pereira de Oliveira e réus Júlio Vieira da Silva, Arlinda Vieira da Silva e Margarida Vieira da Silva, são **Citados os Interessados Incertos** do falecido Joaquim Vieira da Silva, com última residência conhecida em Cabo Verde, em São Miguel-Veneza, para no prazo de **20 (Vinte) dias** que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, contados depois da 2ª e última publicação deste anúncio, **contestarem**, querendo, a acção supra indicada que lhe move a autora supra referida, pelos fundamentos constante da PI, sob pena de a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pela autora.

“O pedido consiste nos termos e nos melhores direito, deve a presente acção ser julgada procedente e provada e, consequentemente as requerentes Palmira Lopes, Leandra Lopes e a mãe da requerente Madalena, neste4 caso a falecida Marcelina Vaz, reconhecidas como sendo filhas de Joaquim Vieira da Silva, para todos os efeitos da Lei.”

Faz ainda saber aos réus que é obrigatória a constituição de advogado na presente acção; que, com a sua defesa a apresentar, deverá no prazo de **cinco (05) dias**, efectuar o preparo inicial nos termos do art.º 61º do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, ao abrigo do disposto no artº66º do citado diploma, sendo advertido de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do presente Código. Ainda, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária, na modalidade de dispensa ou redução de pagamento de encargos e custas processuais (cfr. art 8º al. a) diretamente no Tribunal, ou no prazo de dois dias a contar da citação, na modalidade previsto no (artº 8, al, b) nos termos da Lei 35/III/88, de 18 de junho junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde na Cidade da Praia, Email:ordemadvogados@cvtelcom.cy, tel. Nº (238)2619755, apresentando em todo o casa elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se lavrou este anúncio, que será entregue à autora para efeito de 1º e 2º publicação;



A Juiz de Direito
Ruth Helena Barros Lima Santos



A Escrivão de Direito
/ Dilma Ramos

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca de Tarrafal, 01/04/2021.



Ministério da Justiça
e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO
DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis de Abril de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador Notário P/Substituição, **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 21 verso a 23 verso, a Escritura de Habilitação de Herdeiros, por óbitos de:

Primeira Habilitação: Que tem pleno conhecimento no dia dezassete do mês de Junho do ano de dois mil e sete, faleceu no Hospital da Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, faleceu, **Augusto Pedro Ferreira Fortes**, no estado de solteiro, maior, filho de Pedro António Fortes e de Berta Tereza Ferreira, natural que foi da Freguesia de Santo Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, como última residência em Caibros, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos:

1- Edith Tavares Fortes e Fortes, casada, com João Jesus Santos Fortes e Fortes, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em São Vicente; **2- Maria Augusta Tavares Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em São Vicente; **3- Lina Maria Tavares Fortes**, divorciada, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Holanda; **4- Abílio Augusto Tavares Ferreira Fortes**, divorciado, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **5- Jorge Moreno Tavares Fortes**, casado com Olga de Jesus Silva Inácio, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Suíça; **6 - José Augusto Tavares Ferreira Fortes**, divorciado, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **7- Rui Tavares Fortes**, casado com Maria Filomena Lima, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **8- Agostinho Tavares Fortes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Ponta do Sol; **9- António Augusto Tavares Fortes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente em Caibros; **10 - Elisabete Verónica Martins Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz do concelho de São Vicente, residente em Portugal; **11- Sónia Martins Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz do concelho de São Vicente, residente em Portugal; **12- Vitorino Nascimento Évora Ferreira Fortes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Ponta do Sol;

Segunda Habilitação: Que também têm pleno conhecimento de que no dia vinte e oito do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, faleceu no Hospital Baptista de Sousa, Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, ilha de São Vicente, **Vitorino Nascimento Évora Ferreira Fortes**, solteiro, maior, que também usava o nome de Vitorino Nascimento Évora, filho de Augusto Pedro Ferreira Fortes

e de Cristina Maria Évora, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, tendo como última residência na Cidade da Ponta do Sol - Santo Antão, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **1- Admilsa Santos Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente, Holanda; **2- Ivete Maria Fortes Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande; **3- Jair António da Conceição Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Caibros em Caibros; **4 - Pérciles Alex Lima Évora**, casado, com Iasmine Gisel Medina Melício, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em São Vivente; **5- Neusa Cristina Nascimento Évora**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Caibros em Caibros ; **6 -Jivanilson do Rosário da Conceição Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ponta do Sol; **7 Nilton César Nascimento Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente na ilha do Sal; **8- Risia Helena da Conceição Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Santiago; **9- Laura Cristina Lima Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Livramento do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **10- Ronice Lima Évora Ferreira Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em França; **11- Wilson Vitorino Lima Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **12- Sandra Ruth Fortes Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande; **12- Janine Ramos Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em São Vicente; **13- Sílvia dos Santos Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Caibros em Caibros.- Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados. Que, não há quem com os indicados herdeiros possam concorrer a sucessão na herança do falecido. Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros. ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de segunda classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de dois mil vinte um.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o n.º 1112 /2021





Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DE JUSTIÇA, R/CHÃO, TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia quatro de Maio de dois mil e vinte, de folhas 143 e 144, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Furtado Fortes**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Antonino Semedo Brito**, falecido no dia dezassete de Fevereiro de dois mil e vinte um, no estado de casado sob regime de comunhão de adquiridos, com **Cesaltina Dias Furtado**, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Ribeira das Pratas, que o falecido não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **a) Maria Cesaltina Furtado de Brito**, casada, sob regime de comunhão de adquiridos com Edmundo Joaquim Rodrigues, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Holanda, **b) José Furtado Brito**, casado, sob regime de comunhão de adquiridos com Oteldina Araújo Freire Moreira, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Con-

celho do Tarrafal, residente nesta Cidade do Tarrafal, **c) Rolanda Manuela Furtado de Brito**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Holanda, **d) Mário António Furtado Brito**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Holanda, **e) Antonieta Furtado Brito**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Holanda.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quatro dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00
Imp. de selo..... 200.00
Total..... 1.200,00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 245/2021

O Notário p/s,

/ José Ulisses Fortes Furtado/

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Extrato para publicação

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia doze de maio de dois mil e vinte e um, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 34, de folhas 92 a 92 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros por óbito de **Francisco Miguel Barbosa**, falecido no dia catorze de abril de dois mil e vinte, na cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, filho de Miguel Francisco Barbosa e de Lídia Damiana Lima, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens, com Adelaide Joana Barbosa, que também usa o nome de Adelaide Joana da Luz, natural da freguesia de São João Baptista do Concelho do Porto Novo, com última residência habitual nesta cidade.

Na referida escritura foi declarado que

o falecido não fez testamento, não deixou descendentes e nem ascendentes e sucedeu-lhe como única e universal herdeira, a esposa Adelaide Joana Barbosa, natural da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, residente na cidade do Porto Novo.

Que não há quem lhe prefira ou com ela possa concorrer na sucessão à herança do falecido **Francisco Miguel Barbosa**.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 12/05/2021.

A Conservadora/Notária,

Conta nº328/2021.

Importa em mil e duzentos escudos.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo - Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo
Tef: (+238)222 11 41 - email: alicia.luz@rni.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 10 vº a fls 11 vº do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, com a data de quatro de maio de dois mil e vinte e um, na qual **Sr. AUGUSTO RODRIGUES**, com NIF100636330, casado com Benilde Andrade Centeio, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, coberto de betão armado, tendo no rés-do-chão, uma área comercial, um armazém, um escritório, um lavabo, Páteo e uma escada de acesso ao primeiro andar, com uma sala comum, uma cozinha, uma sala jantar, uma casa de banho, três quartos, sendo uma com casa de banho privativo, um hall, varanda e uma escada de acesso ao terraço, situado em Patim, ocupando uma área de trezentos e treze virgula cinquenta e seis metros quadrados, confrontando ao norte com baldio, Sul com via pública, Este com lote, e Oeste com lote, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 3445/0, com o valor matricial de três milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e dois escudos, omissos no registo predial.-

Que o seu representado adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro num terreno comprado por escrito particular, no Sr. Eugénio António Andrade Cula Cardoso, anterior possuidor do mesmo há mais de vinte anos, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, contínua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos cinco de maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 14/05
Artigo 20º. 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº 2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia sete de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **quarenta e cinco a quarenta e seis**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Joaquim Monteiro**, falecido no dia quinze de março de dois mil e vinte e um, na sua residência em Poilão do Engenho, freguesia e concelho de Santa Catarina, natural da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Domingas Moreira, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Maria Rosário Semedo Monteiro Sanches**, viúva, residente em Poilão do Engenho; **b) - Manuel Moreira Monteiro**, solteiro, maior, residente em Poilão do Engenho; **c) - Maria Celestina Moreira Monteiro**, solteira, maior, residente nesta cidade de Assomada; **d) - António Moreira Monteiro**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia; **e) - Maria Ressureição Moreira Monteiro Rodrigues**, casada com Manuel Lopes Rodrigues Monteiro, no regime de comunhão geral de bens, residente nesta cidade de Assomada; **f) - Ida Mariza**

Moreira Monteiro, solteira, maior, residente em França; **g) - Artemiza Moreira Monteiro**, solteira, maior, residente em Poilão do Engenho; **h) - Ludmira Moreira Monteiro**, solteira, maior, residente em Poilão do Engenho. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Joaquim Monteiro**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos sete dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um.

Emol: 1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1624/2021

A Notária p/s,

Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Tef: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notaria: jandira.vieira@rni.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas nº 8, de folhas 47 a 47 V, outorgada no dia 13/05/2021, na qual, **Sueli Solaia Pasquinha Silva**, divorciada, natural da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, residente em Portugal, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de prédio rústico, situado em Ribeira de Janela - Paul, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número 2841/0, com uma área de dois mil e novecentos e setenta e nove metros quadrados, confrontando do Norte com Levada, Sul com Herdeiros de Elisa Silva, Este com Filomena Lopes e Oeste com César Lopes e Francisca Lopes, com o valor matricial de quinhentos mil escudos, omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

Alega a justificante que o dito prédio lhe veio à posse, por doação feita por sua mãe Joana da Luz Pasquinha, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem

quer que seja desde do ano 2000, há quase 21 anos, portanto.

Que a sua mãe teria adquirido o referido imóvel a um tal Júlio César pelo valor de duzentos mil escudos, sem que fizessem a escritura pública de compra e venda, razão pela qual não pode provar o direito de propriedade pelos meios normais.

Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 18/05/2021.



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



= EXTRATO =

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia treze de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, **Alícia Patrícia da Cruz da Luz**, foi lavrada, no livro de notas para escrituras 16 a 46V, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Miguel Gonçalves França**, falecido no dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, na freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, que foi natural da freguesia e concelho acima referidos, filho de **Francisca Isabel França**, com última residência habitual em Passo - Paul, no estado de solteiro. Na referida escritura foi declarado que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores e deixou como herdeiras legitimárias as suas filhas: **Francisca Antónia dos Santos França Andrade**, casada com **Saturnino de Mota Andrade**, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Itália e **Mar-**

tina Antónia dos Santos França, solteira, maior, residente em São Vicente, naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande e Santo António das Pombas, Concelho do Paul, respetivamente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram as indicadas herdeiras ou com elas possam concorrer na sucessão à herança do falecido **Miguel Gonçalves França**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 18/05/2021.

Conta nº 252 / 2021.



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia sete do mês de Maio do ano dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número cinco, de folhas vinte e três verso a vinte quatro verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia seis do mês de Agosto do ano dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Alto Solarino, faleceu **LEONARDA TERESA DOS SANTOS**, aos oitenta e cinco anos de idade, natural que foi da freguesia de Santo Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo, o seu filho, **GREGÓRIO MAGNO ÉVORA**, casado com Lucidalva Franco Veloso Évora, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo

Crucifixo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Brasil.

Que não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer à herança da referida **Leonarda Teresa dos Santos**.

Mais se informa que, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87.º do Código do Notariado.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, ao dezassete de Maio de dois mil e vinte e um.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 277308
Conta n.º 202112774



SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE Avenida da Holanda - Rua Abílio Duarte n.º 9 - Monte Sossego (Telefone: 2313100 / IP: 3108 - 3110)



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 20 de Maio

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SEXTA - 21 de Maio

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 22 de Maio

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

DOMINGO - 23 de Maio

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

SEGUNDA - 24 de Maio

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

TERÇA - 25 de Maio

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

QUARTA - 26 de Maio

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65